

Eduardo Manuel Vilares Diogo

Reabilitação: As Trapeiras como Elemento Característico da Cidade do Porto

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Curso de Arquitectura e Urbanismo

Porto
2010

Eduardo Manuel Vilares Diogo

Reabilitação: As Trapeiras como Elemento Característico da Cidade do Porto

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Curso de Arquitectura e Urbanismo

Porto
2010

Eduardo Manuel Vilares Diogo

Reabilitação: As Trapeiras como Elemento Característico da Cidade do Porto

.....

Trabalho apresentado à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Mestre em Arquitectura e
Urbanismo.

Orientador:
Professor Doutor Luís Pinto de Faria

Dedicatória

Aos meus pais... por todo o apoio e sacrifícios ao longo destes anos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço ao Professor Doutor Luís Pinto de Faria por todo o apoio, disponibilidade, incentivo que sempre demonstrou.

Agradeço a todos os professores de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa pelos conhecimentos transmitidos e apoio ao longo destes anos de estudo.

Um agradecimento muito especial à Arquitecta Adriana Floret que me possibilitou o estágio no seu atelier e, sem a qual, esta tese não seria possível. Agradeço a disponibilidade e a permissão de integrar algumas das suas obras neste trabalho.

Aos meus pais e irmãos por todo o apoio e compreensão.

À minha namorada, Catarina, por toda a dedicação, compreensão e apoio em todos os momentos.

A todos os que de alguma forma me ajudaram até alcançar esta etapa.

Por último, mas não menos importante, agradeço à Universidade Fernando Pessoa, na figura do Exmo. Sr. Reitor Salvato Trigo, pelas condições fornecidas aos alunos e pelo interesse em defender os cursos leccionados nesta instituição.

Sumário

A presente dissertação insere-se num projecto de investigação baseado na reabilitação de trapeiras na Cidade do Porto como elemento característico do edificado. O trabalho realizado tem a finalidade da conclusão do mestrado Integrado em arquitectura e Urbanismo, pela UFP.

O Porto possui casas peculiares muito *sui generis*, a maior parte das quais com elevado grau de degradação, sendo necessária a intervenção na área da reabilitação para que não se perca o património.

O principal objectivo desta dissertação é a realização de levantamentos e estudos das trapeiras. Primeiramente levou-se a cabo o estudo das casas tipo do Porto, uma posterior análise das coberturas e os seus elementos adicionais, nos quais se incluem as trapeiras. Isto permitiu a contextualização destes elementos nos edifícios e no social histórico da cidade.

O objectivo foi cumprido na medida em que se procedeu ao estudo dos elementos constituintes das trapeiras, o seu uso, conferindo soluções de intervenção. De seguida foram apresentados dois estudos de caso onde se observou o trabalho de reabilitação nestes elementos, mantendo a alma dos edifícios.

Por fim, apresentam-se algumas conclusões sobre trabalho realizado bem como as metodologias propostas a seguir em casos de reabilitação.

Palavras-chave: Trapeiras, Telhados, Porto, Arquitectura, Reabilitação, Património.

Abstract

The present essay is included in an investigation project based on Oporto dormer-windows rehabilitation as building distinctive element. The main objective of this work is the conclusion of the Architecture and Urbanism integrated Master's Degree, by the University Fernando Pessoa.

Oporto has very typical houses, very *sui generis*, the great majority in high level of degradation, being necessary intervention in the area of the rehabilitation, in order that the heritage is preserved.

This essay major aim is dormer-windows survey and study. Foremost a study on Oporto standard houses was made and subsequent analysis on roofing and its primary elements, in which are included dormer-windows. This allowed the contextualization of these elements in city buildings and its historical community.

The purpose was accomplished insofar as the study of the dormer-windows elements and its use was made, gathering intervention solutions. Subsequently, two study cases were presented where the rehabilitation work on these elements was observed preserving the buildings soul.

Finally, some conclusions are presented about the complete work as well as the proposal methodologies to use in rehabilitation cases.

Key-words: Dormer-windows, Roof, Oporto, Architecture, Rehabilitation, Heritage.

Índice Geral

I INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Objecto, Âmbito e Justificação.....	18
1.2 Metodologia e Objectivos.....	19
1.3 Bases do Trabalho Desenvolvido.....	20
1.4 Restrições da Pesquisa.....	21
1.5 Organização e Estrutura da Dissertação.....	21
II ABORDAGEM À TEMÁTICA DA REABILITAÇÃO.....	23
2.1 Contextualização e Abordagem.....	23
2.2 O Fachadismo.....	24
2.3 Síntese de Cartas e Convenções.....	26
2.3.1 Carta de Atenas (1931).....	26
2.3.2 Carta de Veneza (1964).....	28
2.3.3 Carta de Washington (Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas -1987).....	29
2.3.4 Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994).....	30
2.4 Reabilitação e Património, Síntese Conclusiva.....	31

III Reabilitação da Cidade de Guimarães /

Reabilitação da Cidade do Porto.....	34
3.1 Reabilitação na Cidade de Guimarães.....	34
3.1.1 Enquadramento Histórico.....	36
3.1.2 Renovação Urbanística.....	37
3.1.3 Entidade para a Revitalização Urbana da Cidade de Guimarães.....	40
3.1.4 Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães.....	41
3.2 Reabilitação na Cidade do Porto.....	43
3.2.1 Enquadramento Urbano e Social da Cidade do Porto no Século XIX e Início do Século XX.....	43
3.2.2 A Renovação Urbanística: Localização e Implantação do Edificado na Cidade	46
3.2.3 Entidades para a Revitalização Urbana da Cidade do Porto.....	48
3.2.3.1 CRUARB.....	48
3.2.3.2 Porto Vivo.....	49
3.2.3.3 Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico do Porto.....	50
3.3 Análise Comparativa.....	51
3.4 Síntese Conclusiva.....	53

IV Casas Tipo no Porto.....	58
4.1 Caracterização da Casa Tipo no Porto.....	58
4.2 Síntese Conclusiva.....	64
V Caracterização dos Telhados nas Casas Tipo no Porto.....	66
5.1 Telhados de Quatro Águas.....	66
5.2 Telhados de Duas Águas.....	68
5.3 Telhados de Mansarda.....	68
5.4 Componentes Adicionais Tradicionais nos Telhados do Porto.....	69
5.4.1 Elementos Singulares do Telhado.....	70
5.4.1.1 Beirais.....	71
5.4.1.2 Frontões.....	72
5.4.2 Elementos Adicionais dos Telhados.....	73
5.4.2.1 Varandins.....	74
5.4.2.2 Mirantes.....	75
5.4.2.3 Andares Suplementares.....	76
5.4.2.4 Clarabóias.....	78
5.5 Síntese Conclusiva.....	79

VI As Trapeiras como Elemento Característico da Cidade do Porto.....	81
6.1 Trapeiras, Génese.....	81
6.2 Trapeiras, Designação.....	83
6.3 Tipos de Trapeiras.....	86
VII Estudos de Caso/Soluções de Reabilitação das Trapeiras.....	89
7.1 Projecto de Reabilitação, Casas António Carneiro.....	89
7.2 Projecto de Reabilitação, Edifício dos Lóios.....	96
7.3 Considerações Finais Relativas aos Estudos de Caso.....	104
VIII Conclusão.....	105
IX Bibliografia.....	109

Índice de Figuras

Figura 1 – Fases de Desenvolvimento da Cidade do Porto (adaptado).....	59
Figura 2 – A Casa Urbana “ <i>esguia, estreita e alta</i> ”.....	61
Figura 3 – A Casa Urbana “ <i>larga e baixa</i> ”.....	62
Figura 4 – A Casa Urbana, com Andares em Ressalto.....	63
Figura 5 – Estrutura Interna de Telhado de 4 Águas.....	66
Figura 6 – Constituição da Estrutura da Asna.....	67
Figura 7 – Telhado em Mansarda.....	69
Figura 8 – Postigo no Telhado.....	70
Figura 9 – Constituição do Beiral em Telha de Canudo.....	71
Figura 10 – Beiral em Telha de Canudo.....	72
Figura 11 – Exemplos de Frontões.....	73
Figura 12 – Exemplo de Elementos Adicionais nos Telhados do Porto.....	74
Figura 13 – Exemplo de Varandins.....	75
Figura 14 – Acrescentos/Mirantes em Miragaia.....	75
Figura 15 – Acrescentos de Tabique em Miragaia.....	76

Figura 16 – Exemplos de Revestimentos em Acrescentos, em Chapa e Telha a Prumo.....	77
Figura 17 – Clarabóia e Andar Acrescento.....	78
Figura 18 – Edifício com Trapeira em Miragaia.....	82
Figura 19 – Sistema Construtivo da Trapeira (adaptado).....	83
Figura 20 – Trapeira, Alçado Estrutural (adaptado).....	84
Figura 21 A e 21 B – Trapeiras em Miragaia.....	84
Figura 22 – Trapeira com Estrutura à Vista e Constituição de Parede em Tabique (adaptado).....	85
Figura 23 – Exemplo de Trapeira com Uma Água.....	86
Figura 24 A e 24 B – Exemplo de Trapeira com Duas Águas.....	87
Figura 25 – Exemplo de Trapeira com Três Águas.....	87
Figura 26 – Postigos Elevados. Miragaia e Praça Almeida Garrett.....	88
Figura 27 – Centro Republicano Democrático do Bonfim (1916) e Creche, Cantina e Balneário da Fábrica Manuel Pinto de Azevedo (1918).....	89
Figura 28 – Vermelhos e Amarelos, Alçado Nascente.....	90
Figura 29 – Projecto de Reabilitação. Corte Longitudinal pelo Edifício de 1916.....	91
Figura 30 – Substituição de Elementos Danificados na Estrutura de Madeira (1918) e Construção da Estrutura Metálica do telhado (1916).....	92

Figura 31 – Reposição de Telha Marselha (1918) e estrutura Metálica do Telhado, antes de Receber o Isolamento (1916).....	92
Figura 32 – Finalização das Estruturas antes dos Acabamentos Finais.....	93
Figura 33 – Vermelhos e Amarelos, Planta de Cobertura do Projecto de Reabilitação.....	93
Figura 34A e 34B – Estrutura Metálica Exterior da Trapeira e Vista Interior já com o Isolamento.....	94
Figura 35 – Pormenores de Ligação da Armação da Trapeira com a Estrutura do Telhado.....	94
Figura 36 – Projecto de Reabilitação, Alçado Poente e Alçado Sul.....	95
Figura 37 – Vista das Trapeiras, Alçado Poente e Alçado Sul.....	95
Figura 38 – Localização do Edifício, Largo dos Lóios.....	96
Figura 39 – Localização do Edifício, Largo dos Lóios.....	97
Figura 40 – Recuperação do pátio e Escada Principal a Manter.....	97
Figura 41 – Vermelhos e Amarelos, Alçados de Frente de Rua e Traseiras.....	98
Figura 42 – Vermelhos e Amarelos, Cortes pelo Interior e Exterior da Trapeira.....	99
Figura 43 – Projecto de Reabilitação, Frente de Rua e Traseiras.....	99
Figura 44 – Trabalhos de Construção da Estrutura do Telhado em Madeira.....	100
Figura 45 – Vermelhos e Amarelos. Piso Recuado e Cobertura, respectivamente.....	100

Figura 46 - Corte Vermelhos e Amarelos pela Trapeira.....	101
Figura 47 – Execução da Estrutura da Trapeira.....	101
Figura 48A e 48B – Pormenores da Armação da Trapeira.....	102
Figura 49 – Aspecto Exterior e Interior da Trapeira, antes de Receber os Revestimentos e Acabamentos Finais.....	102
Figura 50 – Cortes Construtivos da Trapeira.....	103

Glossário

Água-furtada - Vão entre as tesouras do telhado. Ângulo do telhado por onde correm as águas pluviais. Sótão com janelas que se abrem sobre as águas do telhado. (<http://www.ecivilnet.com/dicionario>)

Água do telhado - Cada uma das superfícies inclinadas da cobertura, que principia no espigão horizontal (cumeeira) e segue até à beirada. Nos telhados rectangulares de quatro águas, as duas águas de forma trapezoidal designam-se por Água-mestra, sendo duas águas triangulares denominadas por tacaniças. (<http://www.ecivilnet.com/dicionario>)

Argamassa de revestimento – Argamassa para revestir uma alvenaria, um pavimento, etc. Conforme o traço escolhido esta argamassa poderá ser utilizada para esboço, reboco, isolamento, etc. Na Argamassa gorda as proporções de inertes e ligante são quase iguais (ex.: 1:1, 1:2). (Teixeira, G. B. e Belém, M. C., 1998)

Argamassa “podre” – Tipo de argamassa que usa as proporções de 1/3 ou 1/4 dos inertes e ligantes. (<http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx>)

Beiral - Prolongamento do telhado para além da parede externa, protegendo-a da acção das chuvas. As telhas dos beirais podem ser sustentadas por mãos-francesas. (<http://www.ecivilnet.com/dicionario>)

Caibro - Peça de madeira que sustenta as ripas de telhados ou de soalhos. Nos telhados, o caibro assenta nas cumeeiras, nas terças e nos frechais. No soalho, apoia-se nos barrotes. (<http://www.ecivilnet.com/dicionario>)

Clarabóia - Abertura no tecto da construção, fechada por caixilho com vidro ou outro material transparente, para iluminar o interior. (<http://www.ecivilnet.com/dicionario>)

Colmatação – preenchimento com edificação de um prédio situado em “espaço de colmatação”, quer se trate da construção ou da substituição por novas edificações. (Plano Director Municipal Porto, 2005),

Conservação – Conjunto de acções levadas a cabo para evitar a deterioração de um bem cultural. Inclui todos os actos que prolongam a vida do património cultural. Não confundir com a vulgar manutenção dos edifícios. (http://www.gecorpa.pt/apresenta/qualif_empresas_profiss.pdf)

Cumeeira - Parte mais alta do telhado, onde se encontram as superfícies inclinadas (águas). A grande viga de madeira que une os vértices da tesoura e onde se apoiam os caibros do madeiramento da cobertura. Também chamada espigão horizontal. (<http://www.ecivilnet.com/dicionario/>)

Empenas – Paredes laterais que vão até ao telhado, terminando em bico. Por vezes dá-se este nome apenas ao triângulo final. (Teixeira, G. B. e Belém, M. C., 1998)

Entablamento – Conjunto de molduras usadas para ornamentar a parte superior das fachadas. (<http://www.ecivilnet.com/dicionario/>)

Património Arquitectónico – Todos os monumentos, conjuntos arquitectónicos e sítios. Designa o “património construído protegido”. Não confundir com o edificado em geral. Entende-se por monumento a criação arquitectónica isolada do sítio urbano que constitui um testemunho de uma determinada civilização, de uma evolução significativa ou de um evento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações mas também a obras modestas que com o tempo adquiriram um significado cultural. Inclui os edifícios históricos. (http://www.gecorpa.pt/apresenta/qualif_empresas_profiss.pdf)

Reabilitação – Ramo de intervenção da arquitectura para a conservação do património construído. O conceito é relativamente recente tendo origem no século XIX como consciência de protecção histórica atenta aos valores culturais e patrimoniais (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Reabilita%C3%A7%C3%A3o>). Pode-se diferenciar entre reabilitação de edifício corrente (reparação, renovação e modificação extensas de um edifício para o pôr de acordo com critérios económicos ou funcionais equivalentes aos exigidos a um edifício novo para o mesmo fim) (http://www.gecorpa.pt/apresenta/qualif_empresas_profiss.pdf) e entre reabilitação de edifício histórico (acto ou processo de possibilitar um uso eficiente e compatível de uma propriedade através de reparações, alterações e acrescentos, preservando, ao mesmo tempo, as partes ou características que transmitem os seus valores históricos, culturais e arquitectónico) (http://www.gecorpa.pt/apresenta/qualif_empresas_profiss.pdf).

Recuperação - Acto de recuperar; o seu resultado. Reaver o perdido, readquirir, recobrar, continuar, depois de uma interrupção. (Costa, J. A e Melo, A. S.)

Restauração - Acto ou efeito de restaurar, reparação, conserto. Operação pontual que consiste em salvaguardar e em valorizar os imóveis a serem conservados. Novo vigor, nova existência dada a alguma coisa. (*Nova Enciclopédia Larousse*, 1997)

Tabique – Parede exterior ou interior com um esqueleto em madeira fasquiada e estucada. Distinguem-se das frontais pela ausência de alvenaria pois levam apenas argamassa e a sua espessura regular deve ser de 10 cm. Dá-se por vezes este nome a paredes divisórias mas feitas com tijolo a meia vez e de tijolo ao alto ou tijolo de cutelo. A estes tabiques também se dá o nome de “pano de tijolo”. (Teixeira, G. B. e Belém, M. C., 1998).

I Introdução

1.1 Objecto, Âmbito e Justificação

A realização do estágio curricular no atelier da Arquitecta Adriana Floret, que incidiu sobre a área da reabilitação, foi um importante passo para a escolha e desenvolvimento deste tema, no qual foi possível seguir parte dos projectos dos estudos de caso durante o estágio e no decorrer desta investigação.

Um edifício histórico é aquele que nos proporciona um sentimento de admiração e nos faz querer saber mais sobre o povo e a cultura que o produziram. Ele possui valor arquitectónico, estético, histórico, documental, arqueológico, económico, social e também político e espiritual ou simbólico; mas o primeiro impacto é sempre emocional, porque ele é um símbolo da nossa identidade e continuidade cultural – uma parte da nossa herança (...) (Bernard Feilden 2003).

O objecto de estudo deste trabalho recai sobre a cidade do Porto. Sendo que a escolha desta, é justificado pelo seu elevado valor patrimonial, dispondo de um vasto leque de edifícios com potencialidades de serem reabilitados. Aqui definem-se essas potencialidades em antagonismo às condicionantes previamente estabelecidas, que deste modo tornam possível um projecto de reabilitação bem consolidado. As suas ruas caracterizam-se pelo traçado irregular e diferentes estilos entre as casas, onde se observam edifícios verticais e horizontais a coexistirem lado a lado:

Segundo Oliveira e Galhano (2000), a casa urbana “*esguia, estreita e alta*”, possuindo entre três e quatro andares, e ainda os acrescentos e com duas ou três janelas e portas. Esta é a casa tipicamente burguesa. Por outro lado as casas urbanas “*largas e baixas*”, com rés-do-chão e andar nobre, possuindo diversas portas e janelas.

Estes tipos de edifícios, assim como as ilhas que ainda existem, e as habitações com duplo sentido (habitar-trabalhar) são típicos na cidade e permitem vislumbrar o decorrer dos séculos.

Um dos elementos mais típicos das casas do Porto, quer dos edifícios verticais ou horizontais, são as trapeiras. No Porto, em praticamente todas as habitações se encontram estes elementos adicionais. As trapeiras designam-se por elemento construtivo com a função de iluminar e ventilar o aproveitamento do espaço entre a cobertura e o último piso da habitação. Usualmente são identificadas como uma janela das águas furtadas.

A justificação do interesse desta dissertação é evidente, na medida em que é realmente importante e urgente reabilitar as nossas cidades, conservando a alma dos edifícios, sendo as trapeiras um elemento relevante na história do edificado. Uma grande parte das vezes, as trapeiras surgiam porque a família aumentava e era necessário mais um compartimento, daí a importância do seu significado arquitectónico e social.

1.2 Metodologia e Objectivos

Este trabalho insere-se na área da reabilitação e, como tal, o estudo realizado decorreu desde a análise de Cartas e Convenções, a pontos marcantes na história da cidade do Porto e à explicação, descrição e classificação dos componentes adicionais dos telhados do Porto, assim como a apresentação de dois estudos de caso.

O estudo de documentação técnica permitiu a melhor compreensão das casas tipo no Porto, de forma a ilustrar o objecto de trabalho. Como tal, procedeu-se à descrição destas casas, em especial a caracterização e descrição dos componentes adicionais dos telhados. Com maior detalhe estudou-se as trapeiras, a sua estrutura e os diferentes tipos.

A reabilitação dos casos de estudo, devidamente documentada, permitiu perceber que estes elementos típicos são característicos e importantes para manter a integridade da cidade.

A partir da pesquisa é possível definir os objectivos fundamentais à realização deste estudo:

- Conhecer os acontecimentos importantes decorridos na caracterização da Porto;
- Evidenciar a reabilitação da zona histórica;
- Caracterizar as casas tipo;
- Caracterizar os telhados das casas tipo;
- Sintetizar os elementos adicionais tradicionais dos telhados;
- As Trapeiras, quando surgiram e porquê?
- O que são as Trapeiras e como são?
- Porquê reabilitar e preservar as trapeiras?
- Soluções de reabilitação das trapeiras em estudo.

1.3 Bases do Trabalho Desenvolvido

A pesquisa levada a cabo para a realização da dissertação teve por base a recolha indirecta de informação, através de livros, revistas, jornais, registos fotográficos, observação e interacção directa com os intervenientes dos casos de estudo.

A recolha de informação decorreu com a ida a diversas bibliotecas de forma a obter o máximo de dados. As bibliotecas visitadas foram a Biblioteca Municipal do Porto, Biblioteca Almeida Garrett, Arquivo Histórico da Casa do Infante. Para além destas, foram também consultadas as bibliotecas dos locais de ensino da Universidade Fernando Pessoa (UFP), da Faculdade de Arquitectura do Porto (FAUP), da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (ESBAUP). O Atelier da Arquitecta Adriana Floret foi também um excelente ponto de partida para a pesquisa, uma vez que a arquitecta citada disponibilizou o empréstimo de livros e registos, assim como na facultação de todos os elementos necessários para o desenvolvimento dos estudos de caso.

As bases digitais online foram também um importante elemento para a realização da dissertação, mais especificamente o Repositório Online da Universidade do Porto, no qual foi possível consultar diversas teses de mestrado e doutoramento com os mais variados temas, permitindo um bom princípio para a elaboração do presente trabalho.

Após toda a pesquisa realizada procedeu-se à selecção do material segundo o autor, a relevância do tema e a qualidade do mesmo. Daqui surgiram alguns autores que se destacaram e, dos quais, se pesquisou mais material. Desses destacam-se José Aguiar (2005), João Appleton (2003), Vítor Córias e Silva (2007), Ernesto Oliveira e Fernando Galhano (1959 e 2000) e Francisco Barata Fernandes (1999).

Grande parte da base teórica deste trabalho recai sobre a pesquisa bibliográfica obtida através dos autores acima citados, sendo que estes não foram os únicos consultados. Contudo, a principal base de estudo foi a cidade do Porto com suporte fotográfico do autor e visitas às obras relativas aos estudos de caso.

1.4 Restrições da Pesquisa

A realização deste trabalho foi deveras complicada, uma vez que o material existente relativamente ao tema das trapeiras é muito reduzido, de tal forma, que documentação teórica é realmente escassa. Este facto levou a que a tese se processasse através de imagens e consequente explicação das mesmas, para que se tornasse possível evidenciar que o tema é realmente relevante, embora crítico devido ao pouco material bibliográfico disponível.

1.5 Organização da Dissertação

A dissertação é constituída por oito capítulos.

O capítulo I corresponde à introdução, onde se apresenta o objecto de estudo, o seu âmbito e justificação, objectivos do trabalho, as bases do desenvolvimento e a organização dos capítulos.

O capítulo II corresponde a uma abordagem à temática da reabilitação, onde se elabora uma visão geral da mesma, com referência ao fachadismo e, ainda, é delineada uma síntese de cartas e convenções.

No capítulo III procede-se a uma comparação nos métodos de reabilitação da cidade do Porto e da cidade de Guimarães. Neste capítulo referem-se as entidades que procedem aos projectos de reabilitação em ambas as cidades, sendo o CRUARB e a Sociedade Porto Vivo no Porto e o GTL em Guimarães, demonstrando o percurso histórico.

No capítulo IV é dada uma visão das casas tipo no porto, através da caracterização das mesmas.

O capítulo V destaca a caracterização dos telhados nas casas tipo no Porto, consoante o tipo e, ainda, se menciona e descreve os componentes adicionais dos mesmos.

O capítulo VI refere-se às trapeiras, a sua estrutura e os diferentes tipos.

No capítulo VII são apresentados os estudos de caso e as soluções de reabilitação nas Casas António Carneiro e no Edifício dos Lóios.

No capítulo VIII é apresentada a conclusão referindo os resultados obtidos na reabilitação dos estudos de caso e algumas considerações finais.

II Abordagem à Temática da Reabilitação

2.1 Contextualização e Abordagem

De acordo com José Aguiar (2005), ao preservar um monumento ou obra de arquitectura é necessário ter atenção a aspectos importantes da mesma (culturais, económicos, históricos, estéticos) para que se respeite a originalidade e conteúdo social. É importante entender que existe uma grande diferença entre preservar uma obra arquitectónica e restaurar uma obra de arte.

Os primeiros itens que ponderam teorias de conservação remontam ao Renascimento Italiano. Aqui, a legislação era ditada pelos papas, sendo um dos elementos mais antigos a bula papal de Pio II em 28 de Abril de 1462. Nesta altura, a legislação era bastante severa, uma vez que ameaçava a excomunhão de quem não respeitasse os monumentos históricos. (José Aguiar, 2005)

A reutilização e recriação foram amplamente utilizadas entre os séculos XVI e XVIII com o surgimento de inúmeros projectos, nomeadamente através de Miguel Ângelo, Vanvitelli e Bernini. No século XVIII surge a noção de restauro idêntica à que impera nos nossos dias, onde alia o espírito crítico e científico à noção de historicidade. Os princípios científicos passam a ser amplamente utilizados para que seja possível estabelecer uma cronologia que define os diferentes estilos. Sendo que cada vez mais as peças de antiguidade são consideradas estéticas e valiosas. (José Aguiar, 2005)

Esta necessidade de reutilização e recriação do edificado, com o decorrer dos tempos levou a situações que em nada se aproxima real motivo destas acções, culminando num processo de soluções construtivas, tal como a manutenção da fachada e demolição do interior do edifício, resultando na alteração do seu significado arquitectónico evocando um falso respeito pela história do edifício.

2.2 O Fachadismo

O fachadismo equivale a uma demolição metódica da parte interior dos edifícios com conseqüente alteração das mesmas, até mesmo em termos estruturais e construtivos, mantendo as fachadas ou fazendo uma reconstrução forçada destas. Este processo somente mantém as fachadas, alterando o significado histórico dos edifícios

Segundo José Aguiar (2005), o fachadismo corresponde à

(...) demolição sistemática do interior de edifícios antigos, substituindo-o por nova construção, com profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas, preservando as antigas fachadas de forma acrítica, ou reconstruindo-as de acordo com imitações forçadas das originais. Os argumentos aplicados por este processo, evocam o grau de precariedade da construção, tipologias, equipamentos desadequados os nossos tempos.

De acordo com José António Bandeirinha (2007),

(...) Fernando Távora elaboraria uma estratégia de intervenção que pressupunha não só a recuperação rigorosa das estruturas existentes, como também o preenchimento daquelas que tinham sido demolidas pelos planos de “salubridação” (...). O modo como a dimensão do lote, o sistema construtivo e a estrutura espacial são respeitados e revalorizados pressupunha o entendimento da articulação entre aqueles dados com a motivação primordial do projecto e remetia para um conhecimento aprofundado de algumas experiências italianas, em especial a bolonhesa, de intervenção em centros históricos (...).

Estes casos ocorrem na tentativa de susterm o significado histórico, na crença despropositada de que a manutenção das fachadas não irá alterar o significado do antigo. Este facto leva a uma perda de identidade das cidades que se dizem históricas, prevalecendo somente uma preocupação estética.

Considera-se que do mesmo modo que não basta inquirir sobre o problema da habitação para estudar a renovação de um sector, não basta também, em matéria de edifícios e para uma vida de plenitude humana, social e económica, construir casas.

Sendo um facto que a acção municipal incide mais fortemente nos aspectos físicos das operações de renovação (...) impõe-se paralelamente, uma acção municipal coordenada junto de entidades que, como o Instituto da Formação Profissional Acelerada, a Obra Diocesana, o Instituto de Serviço Social do

Porto, e outras, possam dar a sua contribuição para a solução dos problemas sociais, profissionais e económicos das populações afectadas. Resolver o problema da casa não é tudo, por vezes, não é mesmo resolver um dos problema mais graves e por vezes mesmo, resolver o problema apenas da casa significa criar outros problemas. (Fernando Távora, 1969)

Um caso vivamente aplicado nas décadas de 70 e 80 foi a manutenção das fachadas históricas, enquanto que no seu interior cresciam grandes áreas residenciais, uma acção de camuflagem urbanística. Este processo despertou a atenção do ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios) estruturando directivas para a salvaguarda de cidades históricas.

A especulação imobiliária e os seus agentes pouco qualificados foram os principais impulsionadores, na medida em que não seriam capazes de proceder a um restauro de qualidade.

Em Portugal existe uma visão direccionada ao “monumento classificado”, embora ainda não existam políticas suficientes de apoio nesta área. Na Europa, as acções de restauro são guiadas por políticas vigentes e com forte apoio financeiro. O sistema financeiro em Portugal prejudica economicamente as acções de conservação e reabilitação, permitindo a transformação como princípio de renovação, favorecendo a substituição do velho pelo novo.

Este processo de fachadismo leva a uma descaracterização dos espaços, desvitalização dos logradouros, alteração funcional. Que se acentua ainda com o desinteresse em salvaguardar estas zonas. Com estes casos pode-se dizer que também a arquitectura se rendeu à sociedade consumista, embora sempre envoltos numa membrana de regeneração que encobre os reais motivos destruidores da memória e prática histórica. A questão fulcral coloca-se na perda dos valores culturais, sociais e históricos, transformando os edifícios em dissecações do preexistente.

Com uma consciência cada vez mais apurada para a protecção dos valores culturais e patrimoniais foi necessário redigir documentos que tornassem claras directrizes no respeitante ao restauro e reabilitação de monumentos e cidades históricas.

2.3 Síntese de Cartas e Convenções

Neste trabalho vão ser apresentados quatro destes documentos, estes foram escolhidos pois são dos que mais representam o tema na íntegra, levando à necessidade de entender o significado de palavras tão simples mas com um conteúdo tão vasto e importante, tais como, a protecção, preservação, conservação, restauro, património cultural, monumentos históricos, salvaguarda, autenticidade.

As Cartas e Convenções são importantes documentos na medida em que enfatizam a necessidade de respeitar todos os aspectos da sociedade, de forma a enfatizar a história, a cultura, os aspectos sociais de cada cidade ou país. As leis defendidas nestes documentos permitem a manutenção do passado e a esperança no futuro, levando a uma crescente consciência de manutenção e conservação da história.

No século XIX as orientações para a intervenção em monumentos eram legisladas por cada país. Antes da I Guerra Mundial surgem duas convenções com objectivo principal de protegerem os bens culturais de bombardeamentos navais, assinadas em Haia em 1899 e 1907. Após o final da guerra, despertou a consciência para as perdas sentidas no património, levando a que fosse definido como um dos objectivos da Sociedade das Nações.

Na 1ª Conferência Internacional Para a Conservação dos Monumentos Históricos em 1931, participaram apenas alguns países europeus (Choay, 2003). Na mesa de trabalho foram discutidas questões relacionadas com o envolvente dos monumentos, mas o objectivo principal centrou-se no domínio patrimonial do edifício individual.

2.3.1 Carta de Atenas (1931)

Em 1931 no 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, foi adoptada a Carta de Atenas promovendo os princípios gerais no respeitante à protecção dos monumentos. Cada caso necessita de uma solução única,

sendo que até à altura, em regra, abandonava-se as reconstituições na íntegra de forma a evitar os riscos inerentes a estes processos. Quando é realmente necessário reabilitar na sua totalidade é preciso que se mantenham todos os traços característicos.

As legislações expostas tinham como objectivo principal a protecção dos monumentos históricos, culturais ou artísticos. Sendo que a preservação deve ocorrer mesmo que, para tal, seja necessário sacrifício dos proprietários (públicos ou privados).

Os edifícios que possam ser construídos têm que respeitar os monumentos históricos envolventes, assim como o planeamento dos espaços verdes necessitam de estar de acordo com os monumentos próximos. Tentando suprir ao máximo possível o excesso de postes de electricidade, fios de telecomunicações.

Na reabilitação de monumentos podem ser utilizados materiais modernos e até mesmo cimento armado, tentando sempre não alterar o aspecto e a forma existentes. Cada estado deve publicar um inventário de monumentos históricos nacionais com fotografias e informações. É preciso haver artigos publicados com os procedimentos e métodos utilizados na conservação.

A Carta de Veneza (Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios) surgiu devido à necessidade de desenvolver os princípios vigentes na Carta de Atenas. Nesta última, datada de 1931, ocorreu uma manifestação necessária na criação do Centro Internacional para o Estudo da Preservação e do Restauro do Património Cultural. Ainda assim, despontavam novos problemas e necessidades que careciam de princípios e resoluções actualizadas.

Como tal, o 2º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunidos em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964 elaboraram a Carta de Veneza como resposta aos novos desafios.

2.3.2 Carta de Veneza (1964)

Deste congresso saíram normas delineadoras para a conservação e restauro de edifícios antigos com aplicação a nível internacional. Contudo, cada país é responsável por esta aplicação consoante o seu passado, cultura e tradições. A Carta de Veneza é constituída por 16 artigos que se subdividem em 6 grupos (definições, conservação, restauro, sítios históricos, escavações e publicações).

Os três primeiros artigos referem-se às definições, demonstrando a necessidade de conhecer e entender o significado de monumento histórico, conservação e restauro. A partir deste momento, o monumento histórico deverá ser entendido não na sua individualidade, mas também consoante o local e a cultura em que se encontra inserido. De forma que a conservação e restauro destes monumentos devem ser dirigidos por equipas multidisciplinares para que todos os aspectos possam ser abrangidos.

Os cinco artigos que se seguem relacionam-se exactamente com a conservação. Esta tem como principal função a integração destes na sociedade, sem modificar a emblemática original dos mesmos.

Nestes casos é necessário ter especial atenção ao envolvente para que não ocorram alterações significativas. Aquando da sobreposição de épocas latentes no monumento, é necessário que se preservem todas as etapas de construção ou conservação, com recurso a técnicas tradicionais e modernas, consoante a necessidade.

O 14º artigo refere-se à preservação dos locais históricos tendo sempre como base os princípios anteriores para que o processo de conservação e restauro seja viável. As escavações têm que estar de acordo com a “recomendação definidora dos princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas”, sendo que todos os objectos descobertos devem ser protegidos e conservados de modo a que o seu significado original se mantenha. Assim sendo, a reconstrução destes não deve ser considerada, mas sim a sua remontagem.

O último artigo desta carta prende-se com a necessidade da realização de relatórios onde se demonstrem todas as etapas que decorreram. Estes devem possuir fotografias, ilustrações, reparos analíticos e críticos. Estes relatórios deverão ser mantidos em organismos públicos para que possam ser consultados e, ainda, a sua publicação deve ser efectuada.

2.3.3 Carta de Washington (Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – 1987)

As cidades são por si só representações de cultura, história e multiplicidade social, tornando-se assim históricas por todo o seu processo. Esta carta, criada pelo ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios), em 1987, pretende salvaguardar as cidades, aldeias, bairros da ruptura provocada pelo processo de industrialização, tornando-se uma mais-valia na medida em que complementa a Carta de Veneza.

A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas determina os princípios, objectivos, métodos e instrumentos que permitem proteger as cidades históricas.

Relativamente aos princípios e objectivos é necessária uma conjugação harmoniosa entre o social e o económico para que se contemple conjuntamente o urbanismo e o ordenamento. Assim sendo, todos os elementos pertencentes da cidade têm de ser visados (espaços verdes, vias de comunicação, formas do edificado). Também os habitantes devem ser uma das partes integrantes destes projectos para que as necessidades individuais de cada local possam ser respeitadas.

Nestes projectos é necessário o recurso a equipas multidisciplinares para que todos os aspectos sejam tidos em conta, assim como todos os vectores de empreendedorismo. Todas as medidas tomadas até ao plano de salvaguarda têm que estar de acordo com a Carta de Veneza, os métodos objectivam a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e, como tal, as novas funcionalidades devem adequar-se às necessidades, mantendo a proporção do global.

2.3.4 Documento de Nara Sobre a Autenticidade (1994)

A carta de Nara pretende promover e assegurar a diversidade cultural e patrimonial, restaurando a identidade social e cultural às civilizações em risco devido à globalização crescente.

A maior fonte de diversidade coexiste na cultura e no património, assim como no respeito mútuo entre povos, sendo que todos os processos de reabilitar têm que respeitar a autenticidade única de cada património. Tal como afirma a UNESCO, “O património cultural de cada um é o património cultural de todos.”

Todos os actos de conservação dependem do valor e importância atribuída a cada elemento do património. A divergência entre culturas com base na ponderação da importância de cada elemento patrimonial ocorre entre populações e entre técnicos e, como tal, é necessário obter consenso entre os habitantes.

Segundo o documento elaborado (1994),

Conservação é toda a operação que vise compreender uma obra, conhecer a sua história e os seu significado, assegurando a sua salvaguarda material e, se necessário, o seu restauro e valorização.

A elaboração destes documentos possibilitou um maior respeito pelo património arquitectónico e cultural, através da protecção dos monumentos, com a sua consequente conservação e restauro, permitindo salvaguardar cidades e locais históricos e assegurando a diversidade cultural e patrimonial. Todos estes princípios defendidos, permitem que a herança cultural e patrimonial se mantenha viva e impulsione o decorrer dos processos de reabilitação actuais.

2.4 Reabilitação e Património, Síntese Conclusiva

Como vimos, preservar uma obra de arquitectura deve ter em conta aspectos culturais, socioeconómicos e históricos, a respeitar. Sendo as trapeiras parte integrante desses aspectos, este elemento caracterizador de uma cultura, não é, contudo, contemplado na maioria dos projectos de reabilitação.

O fachadismo, contribui para esse facto, onde a necessidade de reutilização e recriação, leva a que na reabilitação apenas sejam mantidas as fachadas e demolido o restante da construção, assente nos diversos argumentos referidos anteriormente, sem que haja a sensibilidade da reinterpretação e muitos menos a preocupação de reconstituição de elementos que definem e caracterizam o edifício. A manutenção da fachada é assim executada no intuito de preservar o aspecto histórico, mas na verdade a identidade do edifício traduz-se não só na fachada, mas na totalidade do alçado, no qual a trapeira surge como elemento em destaque na água do telhado, bem como outros elementos adicionais.

Na síntese de Cartas e Convenções reconhecemos a necessidade de respeitar a história e cultura, facultando a manutenção do passado como legado para o futuro. Quando é crucial a reabilitação, é necessário que se conservem todos os traços característicos de elementos referentes à cidade, sendo que a morfologia da cidade é não só caracterizada pelos seus arruamentos mas também pelos alçados da frente de rua, nos quais as trapeiras fazem parte.

Ainda na síntese de Cartas e Convenções, a preservação destes elementos e consequente salvaguarda da identidade histórica e cultural, pode ser intervencionada com novos materiais, sem alterar o aspecto e as formas do existente, e assim prevalecendo para gerações futuras a emblemática original do edifício.

Aquando de uma acção de reabilitação é necessário ter o cuidado de devolver a cada edifício ou conjunto de edifícios o carácter de reutilização. Devido a todo o processo subjacente nestas situações, por vezes é difícil tornar compatível a reabilitação e a protecção patrimonial. Isto ocorre frequentemente aquando das intervenções em edifícios históricos que têm que se adaptar

a novas funcionalidades. Se a reabilitação e todo o processo inerente ao mesmo forem bem ponderados é possível obter óptimos resultados respeitando o património e preservando os estilos históricos da obra.

A palavra património tem origem no latim “patrimonium” e é definida como bem que vem do pai e da mãe (dicionário Aurélio online), herança paterna, bens de família (dicionário Priberam da língua portuguesa). Deste modo, o termo património sofreu alterações ao longo do tempo consoante as necessidades que vão surgindo, de tal forma que a evolução do termo nos dias de hoje pressupõe designar os bens que sejam do passado, enquadrando a vertente cultural e natural. O património é parte complementar da cultura, assim, este advém da acção cultural das pessoas conferindo a identidade e acção cultural que vai passando ao longo dos tempos.

De acordo com F. Choay (1999), este termo sofreu alterações com a Revolução Francesa de 1789 e consequente institucionalização do património no final do século XVIII com renovação iconográfica e conceptual. Nesta altura e aquando das pilhagens e vandalismo a bens da Igreja e Monarquia, alguns políticos incentivaram a salvaguarda do “património artístico e monumental da nação”.

Contudo, não são todos os bens do passado que podem ser considerados património. É necessário haver uma escolha selectiva dos bens que realmente possam ser denominados património. Ainda assim é difícil proceder a esta selecção, uma vez que dependem factores de ordem individual e social sendo complicado um consenso geral.

Segundo Llorenç Prats (1997), o património é “uma construção social” ou até mesmo construção cultural, uma vez que é uma idealização construída. Para definir o que é ou não património é necessário olhar para o que se entende ser legítimo social e culturalmente. Assim, é importante que cada vestígio patrimonial represente simbolicamente uma identidade, permitindo a continuidade ao longo do tempo.

Choay (2005) afirma que “é desde logo evidente que a fortuna de «património» encobre um desafio à sociedade e o verdadeiro problema reside em determiná-lo”.

(...) Em dois momentos precisos da nossa História. Primeiro, no início da Revolução de 1789, para designar, não sem implicação pecuniária, os bens nacionalizados da Igreja e da Coroa transformados em «património de todos». Depois, sob o impacte da Primeira Guerra Mundial, (...) para denunciar a barbárie da guerra e, novamente, com um sentido mais limitado, nas conclusões do primeiro congresso internacional sobre a «conservação artística e histórica dos monumentos» (...). (Choay, 2005)

O Renascimento e a Revolução Industrial foram dois marcos importantes na transformação da relação entre as civilizações e o passado.

Face às destruições e às alterações do quadro de vida que ela implicou, as «antiguidades» vão, a partir de agora, dar lugar a uma protecção de tipo museológico mas, não obstante, sempre devido ao seu interesse para a história e para a arte: é então que as «antiguidades» ganham a designação de «monumento histórico». Correndo o risco de nada compreender do processo, nunca será de mais insistir no carácter etnocêntrico desta atitude, sem equivalente nas outras culturas ou civilizações, nem no facto de, até ao início dos anos 60, esta ter sido rigorosamente exclusiva das sociedades da Europa Ocidental (...). (Choay, 2005)

O património edificado tem que ser considerado como um todo, embora este facto nem sempre tenha ocorrido. Actualmente, para além da conservação do património também se leva em conta o envolvente permitindo uma apreciação mais global.

Após a análise mais aprofundada dos documentos anteriormente mencionados é possível proceder-se a um plano de reabilitação que respeite o património, a cultura, as pessoas e a história de cada cidade. Como tal, é um ponto de partida para o estudo da reabilitação na cidade do Porto (objecto de estudo do trabalho) mas também em Guimarães, que se tornou um exemplo nesta área, em Portugal.

III Reabilitação na Cidade do Porto / Reabilitação na Cidade de Guimarães

3.1 Reabilitação na Cidade de Guimarães

A qualidade que se relaciona com a cidade de Guimarães e com o seu centro histórico projectou esta cidade para o domínio público. A preocupação na adopção de métodos que possam revelar no presente artes antigas, conferindo-lhe um maior reconhecimento nacional e até mesmo internacional.

A reabilitação de edifícios municipais com a adaptação a novas funcionalidades e recorrendo ao incentivo iniciativa privada levaram a linhas estratégicas que possibilitaram a obtenção de metas há muito delineadas. Estas acções primam pela recuperação e preservação do património e autenticidade, com recurso a técnicas e materiais tradicionais. E, desta forma, manter a população residente e dotando-a de melhores condições.

Estes esforços valeram o prémio Europa Nostra em 1985, o 1º Prémio da Associação dos Arquitectos Portugueses em 1993 e o prémio da Real Fundação de Toledo em 1996.

As acções desempenhadas pelo município suscitaram o interesse dos particulares em adoptar também métodos de reabilitação tradicionais, promovendo a colectividade e humanidade da cidade e das suas gentes.

Por todos estes aspectos e devido a todo o esforço desempenhado pelo município e pelas suas gentes é que foi possível em 2001 que o seu centro histórico passasse a ser Património Cultural da Humanidade. Sendo que no ano de 2012 será a Capital Europeia da Cultura.

De acordo com José Aguiar (2005), a reabilitação urbana da cidade de Guimarães é um exemplo prático do que se pode fazer pela conservação do património contemplando o plano histórico e social. Este foi um caso realizado para e pelas pessoas, mantendo a identidade e autenticidade mesmo com todas as modificações até ao momento sofridas, conseguindo, acima de tudo, manter a cidade com a mesma estrutura, morfologia e tipologia, interagindo com os novos tempos e necessidades.

Alexandra Gesta (1986) afirma que,

(...) a construção dum modelo de intervenção na área do Centro Histórico não pode deixar de ser referida à concepção dum modelo global de cidade. A reabilitação do Centro Histórico de Guimarães referir-se-á a uma estratégia e às tendências sensíveis do desenvolvimento urbano e a um modelo possível para a cidade, tal como se as actuações em perspectiva visassem a reabilitação e a reintegração de qualquer outra unidade morfológica, de qualquer outra data na cidade existente, (...)

É conhecida a tendência persistente para este entendimento redutor da dimensão urbana das áreas históricas, a que corresponde a ideia defendida por componentes activas da frente cultural que sustenta por agora a sua defesa, valorando ainda, apenas o seu prestígio e a sua qualidade virtual, sugerindo a selecção de valores a defender em função de critérios de singularidade com a consequente libertação da generalidade das estruturas antigas dum normativa específica e de uma gestão referenciada a um projecto global. (...)

Se se acredita que a elaboração de um Plano global de Reabilitação não constitui, por si só, caminho andado na reabilitação dum Centro Histórico, por não poder contar com rigor com os recursos mobilizáveis, mais numerosos que os disponíveis à partida, cremos, pelo contrário que esse Plano se constrói à medida da dinâmica que cada actuação possa despertar, dos agentes que possa pôr em jogo e fazer participar e dos recursos que possa activar.

Deste modo, ganha particular importância o processo que se põe em marcha, apoiado num Plano/Orientação prévio, que enuncia, reúne e fixa os critérios formais e as orientações essenciais para o desenvolvimento das actuações. Mas não limita nem fixa soluções particulares que só deverão ser desenhadas quando reconhecidos os agentes, e avaliadas as tendências de transformação que suscitarão.

Decorre desta perspectiva uma particular relevância a atribuir ao papel da gestão da área, em todos os seus níveis, e não o exclusivamente urbanístico. Ela poderá avaliar e conduzir os resultados de cada actuação, “integrar e coordenar os vários agentes públicos e privados, organizar as prioridades de actuação, por forma a obter efeitos favoráveis às acções seguintes”, em suma informar o desenho do processo em cada solução a realizar. A estratégia desenhada para o Centro Histórico de Guimarães assenta nestas orientações fundamentais, o seu desenho concretiza um modelo de reabilitação que se refere a um projecto de cidade.

O GTL (Gabinete Técnico Local) de Guimarães foi pioneiro na “conservação do património urbano”, apesar dos tempos do fachadismo e da renovação que de alguma forma alteraram o aspecto social e urbano da cidade. (José Aguiar, 2005)

3.1.1 Enquadramento Histórico

Segundo José Aguiar (2005), o centro histórico de Guimarães, na década de 70, encontrava-se abrangido por uma sequência de sobreposições das áreas de protecção a monumentos nacionais, sendo que um arquitecto licenciava os projectos desta área consoante itens estéticos.

As Normas Provisórias, implementadas por Nuno Portas, pretenderam apoiar a urbanização que decorria no concelho e foram uma antevisão do Plano Director Municipal, até que em 1981, Fernando Távora propôs a instituição de um “Gabinete (Municipal) do Centro Histórico”.

Em 1981, a câmara municipal convidou a arquitecta Alexandra Gesta para a direcção do gabinete acima citado, conjuntamente com Fernando Távora. Nesta altura os projectos somente incluíam a zona “intra-muros”. Este gabinete rapidamente aumentou as suas aplicações, devido aos seus resultados obtidos, potenciando as iniciativas particulares e impedindo a demagogia do fachadismo.

Alexandra Gesta (1994) diz-nos que

(...) se não fosse mais do que isso (mas é-o com certeza e tal pode afirmar-se) foi um meio colocado pelo Governo Central à disposição das autarquias para, conforme a sua vontade política e orçamento municipal, poderem iniciar a prática de uma política municipal de actuação nos Centros Históricos.

A DGERU protelava o financiamento de projectos mas com equipas de trabalho exteriores ao município, sendo que a câmara municipal acabou por recusar este órgão para a realização do financiamento. O GTL foi criado em Março de 1985 mas com funções diminuídas por oposição da DGOT.

No caso de Guimarães, já no início da década de 80 havia alguns estudos urbanísticos e a preparação de um PDM, embora a grande dificuldade fosse gerir todos os projectos,

ou melhor, todas as propostas recebidas sem que houvesse na realidade uma parte prática, um desenho. Em 1993, a Associação dos arquitectos premeia a equipa do GTL com o Prémio Nacional de Arquitectura.

3.1.2 Renovação Urbanística

Todo o processo desempenhado pelo GTL tem como objectivo principal a renovação da cidade, tornando-a mais agradável e mantendo todo o valor cultural, social e histórico. O processo formalizado pelo GTL foi evoluindo progressivamente à medida que novos aspectos iam surgindo, desempenhando o seu papel cada vez melhor, com regras mais claras e mais definidas aos fins propostos.

A implementação dos GTL's pelo governo central foi considerada uma excelente aposta na conservação do património nacional, embora os apoios fornecidos tenham sido de tal forma escassos que puseram fim à curta experiência de grande parte destes gabinetes.

Nuno Portas (1986) afirma que,

(...) um departamento central desatou a encomendar estudos de centros históricos não se sabe com que critérios nem muito menos com que sequência. Com efeito, a ideia de que ter um plano é já intervir, ou pelo menos meio caminho andado para alguém intervir, é perigosa – não só porque se aceitou a separação entre plano e capacidade de intervenção (o que corrompe o próprio conceito de planeamento) como porque foi reduzindo os estudos a “catálogos”, propostas de regulamentos físicos e, nalguns casos, redesenhos de estruturas para executar não se sabe bem quando nem por quem.

Nuno Portas (1987) diz ainda,

(...) felizmente, o espírito que presidiu ao lançamento da operação GTL foi acentuadamente pragmático em vez de começar por Planos Gerais ou de Pormenor pressupôs a selecção em cada área-problema de operações diferenciadas mas bem delimitadas no espaço e no tempo, – algumas das quais teriam a promessa de um apoio financeiro significativo (?) – como forma de iniciar e consolidar um processo com o qual se iria aprender. Poderia haver algum risco de oportunismo (político) ou de insensatez (técnica) mas tal risco seria sempre menor do que o de andar a impingir “planos de Centros Históricos” antes de saber quem os implementaria e com que meios. Não estou a pôr em causa a

idoneidade de alguns Gabinetes, que foram escolhidos para os executar, nem sequer estou a insinuar que foi inútil a sua consulta. É evidente que essa iniciativa era fruto de uma administração decadente que não quer entender a descentralização, nem o que é a prática do planeamento – e os tais planos estavam condenados a ser o que foram: nados mortos.

Ao contrário do que ocorreu na cidade do Porto, o GTL de Guimarães nega a realização de intervenções excessivas com recurso a expropriações. Deste modo, não pretendiam uma renovação em excesso com perda de identidade, nem mesmo tornar o município num gestor habitacional. A manutenção do existente era o objectivo principal, deste modo, as intervenções foram realizadas lote a lote, tendo em conta todos os aspectos inerentes ao processo, sem deterioração de qualquer elemento essencial.

A forte ligação entre o citadino e o rural leva a que as necessidades de reabilitação sejam concordantes na revitalização de ambos os espaços. De modo a que o centro histórico se torne o eixo sobre o qual a periferia roda, levando a manutenção histórica e cultural desde o centro até à periferia.

Assim, é necessário obter um projecto que consiga integrar de igual forma e ajustadamente o ambiente da cidade e o ambiente social, salvaguardando valores de destaque da sociedade. O GTL actuou em conformidade com a cidade e as suas pessoas na projecção desta reabilitação como forma de manter e conservar o antigo mas tendo sempre em vista o presente e a sua gente.

As vitórias que foram sendo conseguidas alastraram-se a todos, desde políticos, a arquitectos e escritores de renome e população em geral. A obra foi-se fazendo, cometendo erros, refazendo e, acima de tudo, aprendendo com os erros e melhorar para que não se voltem a cometer.

Como prole inicial, o GTL sempre primou pelo respeito individual e colectivo da população e dos seus valores culturais, assim como pela preservação histórica. Assim, a sua actividade era exercida através do apoio e estímulo a actividades particulares, conservação e reabilitação de edifícios municipais e requalificação do espaço público.

Desde sempre que os espaços públicos foram locais de extrema importância, onde todos conviviam e partilhavam emoções, basta lembrar os banhos públicos e os fornos comuns. Assim, os logradouros são essenciais aquando de um processo de reabilitação para que, para além de não se perderem características culturais relevantes, se possam manter e levar a cabo a convivência harmoniosa entre pessoas.

A projecção da harmonia entre o espaço público e os edifícios, a continuidade cultural permitem que as relações interpessoais sejam maiores, o que leva a um maior interesse por essas áreas e, por consequência, um maior investimento privado nas mesmas.

Para que se possa suscitar o interesse dos privados em reabilitar é necessário dar o exemplo através dos órgãos municipais e, como tal, os edifícios da alçada do município não se poderiam apresentar mal projectados ou ao abandono. Assim, estes edifícios teriam que ser um exemplo, contemplando todas as normas de forma rigorosa.

Todos os aspectos têm que ser necessariamente ponderados ao pormenor, ocorrendo àqueles que necessitam de ajuda, que seja em termos de pequenas alterações ou de grandes restauros. Tudo terá que estar de acordo com o envolvente e todos os esforços irão de encontro ao melhor pela preservação do centro histórico.

Creemos, em primeiro lugar, que a morfologia física e social do sector deverá ser alterada por um processo dinâmico, seguro e permanente de renovação a todos os níveis, dando portanto à palavra renovação o seu verdadeiro sentido que é o de continuar-inovando, num movimento constante de modificação para melhorar condições, mas respeitando os valores positivos que por ventura possam existir e que não deverão, portanto, ser destruídos.

Perguntar-se-á, imediatamente, que valores positivos poderão existir num sector tão delapidado em todos os seus aspectos. Diremos, antes de mais, que para os encontrar é preciso ver para além das ruínas. E, com efeito, para além das ruínas humanas encontramos homens – e onde há homens há sempre esperança – com direitos adquiridos e com ambições, com uma estrutura social, e, sobretudo, com uma juventude que quer integrar-se, e terá de integrar-se (...); essa comunidade, tão cheia de ruínas, vive entre ruínas, onde olhos que saibam ver encontram manifestações visuais de culturas passadas que não podem perder-se e não apenas pelo seu aspecto evocativo ou sentimental mas também pelo seu aspecto pragmático, porque constituem lições permanentes que o passado garante ao futuro.

Continuar, portanto, inovando. (Fernando Távora, 1969)

Para que se possa obter a qualidade que realmente interessa num projecto e consequente obra é necessário que haja controlo, fiscalização e gestão por parte do GTL, de modo a obter um entendimento entre proprietários, profissionais e interesses públicos. O apoio abrange todo o tipo de projectos, quer sejam aqueles onde só se destacam pormenores ou grandes projectos. Todos estão sujeitos ao controlo do GTL e podem contar com esta entidade para qualquer caso que necessitem. Por fim importa dizer que o GTL de Guimarães foi extinto no início de 2008.

Em conclusão podemos dizer que o GTL de Guimarães mercê da sua boa coordenação, e competência e dinâmica dos seus elementos e ainda do apoio do executivo da Câmara tem cumprido com grande qualidade os objectivos do Programa de Reabilitação Urbana. (Comissão de Coordenação da Região Norte, 1987)

Todos os processos de construção, quer sejam uma construção nova ou uma reabilitação, necessitam de um regulamento subjacente para que ocorram de forma acentuada, sem exageros e de acordo com todos os documentos, cartas e convenções necessários.

Este foi o primeiro GTL a apresentar o orçamento e o programa de três em três anos, demonstrando o seu dinamismo. Conseguiu eficazmente mobilizar privados na intervenção urbana, tornando-a mais acessível a todos. Apesar de alguns cortes orçamentais manteve a calendarização e sua posterior execução.

3.1.3 Entidade para a Revitalização Urbana da Cidade de Guimarães

O GTL de Guimarães foi um dos gabinetes criados pelo Governo Central para o estudo do edificado e posterior reabilitação do mesmo. É importante referir e destacar quais os aspectos principais relativos à acção do GTL de Guimarães. A abordagem à reabilitação urbana foi alargada, excedendo o âmbito do diploma do PRU, recorrendo a diversas acções como meio de resposta a problemas sociais e económicos (um exemplo concreto foi o facto da abertura de cursos de construção civil para formar profissionais locais impulsionando o desenvolvimento).

O que sempre caracterizou este gabinete foi o planeamento a curto prazo mas sempre sem descurar as medidas a implementar a longo prazo. Usou os edifícios municipais para dar o exemplo de que poderia ser alcançada uma reabilitação que promovesse a cidade e seguindo todos os critérios. Promover a actuação do município em edifícios devolutos que pudessem ser transformados em instalações/equipamentos que estariam menos acessíveis aos privados, salvaguardando valores históricos e patrimoniais. Deste modo, observa-se que o GTL de Guimarães sempre seguiu as principais linhas orientadoras no que se refere à reabilitação urbana.

3.1.4 Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães

O centro histórico de Guimarães representa um Património de Interesse Mundial e, devido à urgência na preservação arquitectónica e cultural, foi necessário proceder à execução de processos e condicionantes para a reabilitação de edifícios. Como tal, foi preparado este regulamento de aplicação na área de intervenção do GTL.

No capítulo I encontram-se algumas disposições gerais, no qual se encontram onze artigos. Neste capítulo apresentam-se as determinações relativas ao licenciamento municipal para projectos que se realizem na área de intervenção do GTL, que promovam a utilização ou reutilização de edifícios com as mesmas ou outras funções do que as existentes, instalação de publicidade, toldos ou mobiliário de esplanadas. As licenças podem ser suspensas sempre que no decorrer dos trabalhos se verifique a descoberta de elementos arquitectónicos e/ou arqueológicos. Tanto o proprietário como o técnico responsável da obra são responsáveis pelo cumprimento dos regulamentos e, o projecto inicial apresentado terá que ser concordante com esses mesmos regulamentos.

No capítulo II encontram-se as disposições legais relativas aos espaços comerciais, publicidade, toldos e vitrinas. Os espaços comerciais somente se poderão encontrar nos pisos térreos, não sendo possível a realização de obras que alterem a tipologia da fachada e é obrigatório o uso de caixilharias, de modo a que o vidro não fique directamente encostado às paredes do edifício. No que se refere à publicidade, quando colocada no exterior tem que respeitar a relação de escala e sobriedade com os edifícios,

sendo interdita a colocação de painéis nos edifícios, cartazes e armações de ferro nas coberturas. Relativamente aos toldos só são permitidos ao nível do rés-do-chão, com estrutura em ferro e feitos em lona ou material semelhante, sendo que o modelo é do “tipo-direito” de enrolar e sem abas laterais.

O capítulo III é respeitante ao licenciamento de obras particulares. O pedido de viabilidade terá que possuir alguns elementos importantes, tais como a memória descritiva, planta à escala 1/1000 onde indique o local da obra, planta de implantação à escala 1/200, cêrceas e número de pisos, área de construção e volumetria dos edifícios e o futuro uso dos mesmos.

O capítulo IV refere-se aos materiais que podem ser utilizados. Nas coberturas, a estrutura tem que ser em madeira revestida a telha, as áreas planas têm que ser revestidas a tijoleira de barro, é proibido o uso de PVC nos caleiros que têm que ser em chapa zincada. As paredes têm que ser mantidas o mais próximo possível do original, nas juntas das paredes em pedra utiliza-se argamassa “podre” 1/3 ou 1/4. As caixilharias e os estores não podem ser de alumínio e/ou PVC. As cantarias não podem ser pintadas e nem com recurso a betão ou cimento. As soleiras e parapeitos não podem ser em mármore ou granito polido e também não pode haver cimento à vista nas mesmas. Consoante o local onde se empregue as cores, somente se pode utilizar tintas de óleo (madeiras, caleiros, caixilharias), alvaiade (rebocos) e o branco, branco-sujo e ocre (paredes).

O capítulo V faz referência à segurança contra incêndios, sendo que é necessário existirem paredes interiores corta-fogo em todo o edifício, e material resistente ao fogo na caixa-de-ar da parede dupla.

A definição funcional aparece no capítulo VI, onde o rés-do-chão pode ser ocupado pelo sector terciário e o restante do edifício para habitação, com excepção aos edifícios de entidades públicas. Na zona intra-muros são proibidos espaços comerciais para venda de carne e peixe.

O capítulo VII refere-se às taxas, licenças e garantias, sendo que nas obras de conservação e beneficiação não há qualquer tipo de taxa, enquanto em obras de recuperação e reabilitação é necessário proceder ao pagamento das taxas em vigor.

Relativamente às sanções, o capítulo VIII é muito explícito, de forma a que tanto o proprietário como o técnico responsável pela obra são responsabilizados por todo o processo que decorre de não respeito a este regulamento.

Deste modo, o GTL e a Câmara Municipal de Guimarães possibilitam a todos os proprietários acções de restauro/reabilitação mais informadas e que salvaguardam o património histórico e social.

3.2 Reabilitação na Cidade do Porto

3.2.1 O Enquadramento Urbano e Social da Cidade do Porto no Século XIX e Início do Século XX

O centro histórico do Porto foi classificado Património Mundial a 4 de Dezembro de 1996, numa reunião da UNESCO na Cidade do México. Após quatro anos decorrentes no processo de candidatura, esta classificação foi conseguida levando este centro histórico ao conhecimento internacional e valorizando as suas obras, edificado, história e cultura.

O Porto é uma cidade histórica viva... chamada a evoluir sob o efeito de mutações sócio-económicas e culturais, nomeadamente, o seu centro histórico cobrindo o perímetro da cidade antiga está actualmente inserido numa cidade moderna. (UNESCO, 1996)

Não é possível negar a forte influência de todos os momentos passados no decorrer dos tempos, e no centro histórico são marcantes os vestígios da evolução. A forma urbana é característica da idade média, a muralha Fernandina permite visualizar a evolução e o crescimento desde o século XIV. Denota-se nesta cidade uma grande influência burguesa e de mercadores, tornando-se um centro de exportações e importações marítimas de excelência, como exemplo mais marcante e

nacional o vinho do Porto. Por outro lado, a era Pombalina na segunda metade do século XVIII com o desmoronamento da muralha e a abertura de novas ruas de extensão ao resto do país Norte, inicia-se o processo de industrialização trazendo mais pessoas, transformando-se numa cidade operária, para além de comercial.

“A viragem do século pode ser comparativamente retratada como uma época de sedimentação das principais tendências estruturantes adquiridas”. (Vázquez, 1992)

Segundo Luís Ramos (cit. in Nuno Lopes, 2006), o século XIX é conhecido como um século de grandes mudanças, sendo que o Porto foi pioneiro em algumas destas transformações. Este século pode ser dividido em duas partes por si só opostas em quase todos os aspectos. A primeira metade do século pode ser considerada como fase de revolta e agitação, em contraste, a segunda metade foi uma época calma e tranquila.

Todos os processos sociais dependem das ideias políticas de cada momento. Como tal, com a Revolução Francesa em 1789 ocorreram alterações ao nível da intelectualidade e da burguesia. A permanência das tropas inglesas, a revolta liberal de 1820 e a constituição de 1822 foram factores que obviamente tiveram enlances importantes em termos económicos e sociais. E com todas estas alterações políticas, a burguesia tinha posições cada vez mais de destaque, efectivando-se mesmo no domínio.

De acordo com João Queirós (2007), inicialmente a cidade do Porto era caracterizada por interesses opostos que geraram a organização urbana e social. As desigualdades sociais são aprofundadas devido a interesses políticos agravando a diferenciação social e económica dentro da cidade, sem o devido respeito pelo espaço urbano.

Segundo Manuel C. Teixeira (cit. in João Queirós, 2007) na segunda metade do século XIX ocorreu uma deslocação populacional dos locais rurais para a cidade do Porto, contribuindo para uma “urbanização capitalista e desigualdade urbana”. O processo de industrialização, com a abertura de novos postos de trabalho impulsionou esta mudança populacional, sendo que entre 1878 e 1890 deslocaram-se cerca de 24000 pessoas para o

Porto. De 1864 a 1911 ocorreu um crescimento superior a 120% que se traduz numa mudança de cerca de 86000 para 190000 habitantes.

Nessa altura não existia propriamente um planeamento urbano, sendo que o importante seria manter a fachada frontal dos edifícios, enquanto que nas traseiras surgiam ilhas que acomodavam aqueles trabalhadores provenientes das zonas rurais. Este facto provocou um aumento de densidade populacional em zonas pequenas, sendo que estas cresciam sem que nada se notasse do exterior. Sendo a zona da baixa um exemplo concreto e preocupante desta situação, de acordo com João Queirós (2007).

Como esclarece João Queirós (2007), estas ilhas não tinham qualquer qualidade, nem condições e eram um factor de controlo socioeconómico e expansão de desigualdades. No que se referia a estas “habitações”, o poder político somente demonstrava preocupações em escassos actos de higiene e tentativa de minimizar os conflitos gerados.

Segundo Virgílio Borges Pereira (2003) (cit in. João Queirós, 2007), com a implantação da República foram criados os primeiros bairros sociais da cidade do Porto, deslocando os habitantes das ilhas para a periferia. Em 1956, com o Plano de Melhoramento para a cidade do Porto intensificou-se a construção dos bairros sociais na periferia, sendo que as ilhas seriam posteriormente demolidas. Desta forma, o centro urbano sofreu um grande decréscimo populacional, possibilitando um maior controlo sobre os grupos operários e implementar medidas de higiene.

De acordo com Maria Rodrigues (1999) (cit in João Queirós, 2007), o processo de transferência de população para a periferia é consolidado através do Plano Director da Cidade do Porto em 1962, implementando o sector terciário no centro da cidade. Este processo de descentralização ainda hoje decorre, observando-se um alargamento cada vez maior para a periferia.

Em termos de políticas urbanas e sociais, o 25 de Abril de 1974 foi de extrema importância, uma vez que após esta data ocorreu diminuição da hierarquia e repressão

social. Uma nova política de habitação surge com a criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) promovendo a participação activa da população e um maior e melhor planeamento urbano. (João Queirós, 2007)

Um corpo técnico especializado, designado por “Serviço de Apoio Ambulatório Local” (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários. (Despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, cit in José António Bandeirinha, 2007)

O aparecimento do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB) em 1974, permitiu a recuperação de património histórico e cultural e, ainda, a possibilidade de todas as classes poderem habitar no centro da cidade.

3.2.2 A Renovação Urbanística: Localização e Implantação do Edificado na Cidade

O aumento demográfico da segunda metade do século XVIII levou a alterações urbanísticas profundas, que viram o seu início com os Almadas. A Junta das Obras Públicas preocupa-se em honrar a Praça da Ribeira, reordenar o crescimento extramuros e prosperar as comunicações com a zona alta da cidade.

A classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial significou o reconhecimento do carácter monumental de uma vasta área da Cidade da qual o Bairro da Sé é o núcleo central. Trata-se de um Património cuja monumentalidade é assinalada pela relação da natureza e artificialidade e pela capacidade do Homem em conseguir condições de habitabilidade num território fortemente condicionado pela morfologia do terreno. (Câmara Municipal do Porto)

Numa época em que impera o iluminismo, o traçado de novas ruas e praças são rectilíneas e largas e os edifícios alinhados. Nesta época as ligações a Braga, à Póvoa de Varzim, a Guimarães, a Penafiel e a Vila Real são também melhoradas. De acordo com Nuno Lopes (2006), todas estas melhorias e alterações permitem alargar a cidade em

várias direcções, numa espécie de estrutura radial, conferindo mais força à cidade para demolir a muralha fernandina.

Nos finais dos anos 30 e 40 do século XIX e com a burguesia no poder ocorre um novo rumo urbanístico com a construção de mercados, abertura de ruas, implementação de jardins e a construção da ponte pênsil entre a zona baixa e Gaia. Na segunda metade do século XIX, a Praça Nova surge como um foco central de extrema importância a nível económico, social, cultural e político. Esta importância foi superiorizada pela construção da ponte Luís I e pela estação de S. Bento.

De acordo com Luís Ramos (1995) (cit in Nuno Lopes, 2006), a abertura da cidade à sua zona oriental ocorre pela construção da estação de Campanhã, ligando o Porto a Braga e ao Douro. Nesta zona surgem as ilhas para permitir alojar os trabalhadores que vinham do Norte do país.

Após a abertura da Praça da Boavista (1868), a zona ocidental da cidade ganha também muita importância, com a construção do Palácio de Cristal. A zona da Foz ganha poder cosmopolita com todo o seu movimento e paisagem natural. Para o bem-estar da população, em 1855, iniciou-se a montagem da iluminação a gás, em 1873 o abastecimento de água e em 1896, o saneamento.

Tanto como cidade como realização humana, o Centro Histórico do Porto constitui uma obra-prima do génio criativo do homem. Interesses militares, comerciais, agrícolas e demográficos convergiram neste local para abrigar uma população capaz de edificar a cidade. O resultado é uma obra de arte altamente estética e única no seu género. Trata-se de um trabalho colectivo, que não resulta de uma obra de um só período, mas de contribuições sucessivas. (UNESCO)

Com o decorrer dos tempos foi necessário criar entidades competentes para que se pudesse proceder à revitalização da cidade do Porto, de forma a preservar todo o património descrito até aqui. Assim, surgiu o CRUARB (década de 70) e posteriormente a Sociedade Porto Vivo (2004).

3.2.3 Entidades para a Revitalização Urbana da Cidade do Porto

3.2.3.1 CRUARB

Na década de 70 foi criado o Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB). Esta entidade foi designada para a recuperação e reabilitação do centro histórico do Porto até à sua extinção em 2003. Tinha como base dos seus princípios a carta de Veneza, defendendo o centro histórico como associação de valores históricos, arquitectónicos de uma realidade social e cultural.

O CRUARB esteve sob dependência do poder central até 1982, data em que passou para encargo público do Município do Porto. Em 1991 foi apresentada a candidatura do centro histórico do Porto a classificação de património Cultural da Humanidade pela UNESCO, sendo o trabalho concretizado pelo CRUARB decisivo à atribuição do título de Património Cultural da Humanidade, em 1996.

Cremos que não deverão destruir-se, apenas por aspectos de ordem prática (insalubridade e estado de conservação, sobreocupação, mau funcionamento urbano, etc.) os sectores da Cidade que representam valores culturais, ainda que para os substituir por novos valores – que noutros locais poderão criar-se –, devendo ainda não ser esquecido que um valor cultural é um todo e não partes de um todo, porque estas partes (caso dos edifícios a conservar) se inserem num contexto em que as peças mais ou menos significantes se completam e apoiam. Por outro lado ainda, e para nós mais importante porque a deslocação total da população que uma ocupação dessas implica (por natureza as novas construções impõem, pelo seu custo, ocupantes de diverso nível económico e social) parece-nos extremamente desumana. (Fernando Távora, 1969)

Nas áreas onde interveio, como o Bairro da Sé, Ribeira-Barredo (entre a ponte Luís I e a Alfândega Nova), Miragaia e Vitória, tinha como principais objectivos a conservação do património, revitalização urbana, social, cultural, comercial e desenvolvimento e consolidação do turismo.

A sua extinção em 2003 assenta em argumentos como o número reduzido de edifícios reabilitados apesar das elevadas quantias investidas. As habitações foram atribuídas a uma classe média baixa, com rendas proporcionais aos seus rendimentos, sendo os encargos da conservação responsabilidade do CRUARB/Município. A partir dessa data, a revitalização física do centro histórico passa a ser o plano de intervenção da Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto, instituída em 27 de Novembro de 2004 (lei 104/2004).

3.2.3.2 Porto Vivo

A crescente desertificação e fuga da população do centro da cidade relacionam-se com políticas passadas que levaram a nacionalizações e privatizações, congelamento de rendas, inacessibilidade de estacionamento.

Pretende-se uma maior proximidade dos cidadãos aos centros das cidades e, para tal, é necessário proceder a diversas alterações que promovam o investimento (em espaços de lazer e requalificação ambiental, por exemplo), potenciar a coesão social, o património existente, os equipamentos, a mobilidade.

A preocupação na união cidadão - centros urbanos tem sido potenciada por políticas de reabilitação financiadas pela União Europeia, e concretamente em Portugal por organismos como QREN, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Com vista a esta reabilitação urbana, no Porto, surgiu a Sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo de forma a impulsionar e promover acções e projectos que alterem a degradação dos elementos urbanísticos.

A zona histórica da baixa é possuidora de potencialidades que permitam reverter este processo, como o rio, os equipamentos culturais, o metropolitano, espaços públicos, turismo. A sociedade Porto Vivo aposta na transformação do centro urbano num local habitacional, social, cultural, competitivo e, acima de tudo, requalificado.

3.2.3.3 Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico do Porto

Devido à degradação em termos de segurança, habitabilidade e estética, a cidade do Porto é um exemplo da necessidade de reabilitação, de forma a manter os valores e tornar estas zonas degradadas habitáveis.

Cada município é o responsável pelas acções de reabilitação necessárias, podendo recorrer à criação de organismo com poderes de autoridade para licenciamento e expropriações. Sendo que é necessário que os próprios proprietários dos edifícios tomem iniciativas no âmbito de reabilitar as suas propriedades, podendo pedir auxílio às entidades protocolares. Ocorre também a oferta de incentivos económicos a privados que colaborem de alguma forma nas acções de reabilitação urbana.

No Porto, a entidade pública responsável pelos processos de reabilitação é a Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana. Esta tem competências para licenciar projectos, expropriar bens, realizar actos de realojamento e fiscalizar as obras.

Não havendo consenso com os proprietários, ou fracção de proprietários, a sociedade de reabilitação urbana deve adquirir a propriedade dos mesmos procedendo a expropriações.

Todas as acções de reabilitação levadas a cabo pela Porto Vivo não necessitam de licenciamento e autorização, enquanto que os proprietários dos edifícios necessitam destes dois elementos. Como tal, os documentos necessários para a obtenção do licenciamento são a indicação precisa dos edifícios a reabilitar, as acessibilidades, infra-estruturas, planificação e estimativa orçamental.

Em suma, um projecto de reabilitação deve ser apresentado à Porto Vivo – SRU e à Câmara Municipal do Porto contendo os seguintes aspectos:

- Memória descritiva justificativa da proposta. Nesta deve incluir a(s) Fracção(ões) a que se refere, a sua localização, identificação do proprietário e do técnico responsável, breve historial do edifício e inscrições da conservatória do registo predial;

- Descrição e justificação da proposta;
- Caracterização construtiva;
- Enquadramento nos planos municipais e especiais de ordenamento do território;
- Adequação da edificação à utilização pretendida;
- Integração urbana e paisagista da edificação;
- Indicação da natureza e condições do terreno;
- Adequação às infra-estruturas e redes existentes;
- Área de construção, área de implantação, cêrcea e número de pisos (acima e abaixo da cota de soleira);
- Adequabilidade do projecto com a política de ordenamento do território.

Todos estes elementos facilitam a ponderação do projecto para que possa ser viável e adequado às necessidades de cada edifício, assim como da zona onde se encontram inseridos.

3.3 Análise Comparativa

Após a descrição anteriormente realizada relativa à reabilitação na cidade de Guimarães e na cidade do Porto, de seguida irá ser apresentada uma breve comparação entre ambas para que seja mais fácil compreender as principais semelhanças e diferenças entre ambos os métodos.

Aquando do início das acções de intervenção na cidade do Porto e na cidade de Guimarães, as realidades dos dois centros urbanos eram, por um lado idênticas e, por outro distintas. Enquanto que no Porto ocorrera uma elevada perda de população no centro histórico, em Guimarães não houve perda considerável (Porto Vivo - SRU). Contudo, em ambos os casos, a degradação dos edifícios era muito elevada, assim como o meio envolvente, praças, logradouros, espaços públicos.

Os principais beneficiários são a população local e os visitantes, em ambos os casos. Sendo que as principais intervenções, no caso do Porto recaem sobre a reabilitação de quarteirões, tanto para habitação como para instalação de unidades hoteleiras, dinamizando locais públicos de forma a incrementar o comércio e turismo. Em Guimarães ocorre uma maior restrição automóvel no centro histórico, com um acompanhamento permanente das acções de restauro e conservação.

Embora semelhantes, as intervenções predominantes são de certa forma singulares. A Sociedade Porto Vivo foca os quarteirões, tentando que os preços das habitações reabilitadas sejam competitivos e com benefícios fiscais para que todos os extractos sociais possam ser abrangidos. O GTL de Guimarães preocupa-se primeiramente com a renovação dos pavimentos e espaços públicos, escolhendo as funções futuras dos edifícios reabilitados, como por exemplo, a transformação de casas senhoriais em infra-estruturas municipais.

A reabilitação urbana do Porto advém de 1969 aquando do levantamento do Barredo realizado por F. Távora, de seguida em 1974 é criado o CRUARB propondo a candidatura à UNESCO da Ribeira. Em 2004 é criada a Porto Vivo SRU com capitais públicos. Na cidade de Guimarães, em 1979, F. Távora elaborou o Plano Geral de Urbanização da Cidade e, em 1985 foi criado o GTL para estruturar o previsto no plano acima citado.

No respeitante aos parceiros nestas intervenções, a Sociedade Porto Vivo tenta instituir contratos com os proprietários, com privados e instituições bancárias de forma a beneficiar no crédito à habitação. Por outro lado, a Câmara Municipal de Guimarães é o principal parceiro e promotor das intervenções, havendo parcerias com privados, instituições judiciais e bancárias.

As principais características de reabilitação no Porto ocorreram aquando da existência do CRUARB em que os edifícios-alvo eram adquiridos pelo município, ou expropriados quando não havia acordo com os proprietários, no caso de Guimarães, a característica principal é a manutenção da identidade e cultura, com vista à reversibilidade da função do edificado.

A monitorização dos projectos e obras pertence, na cidade do Porto, à UGAU (Unidade de Gestão da Área Urbana do Morro da Sé), visando a aproximação das entidades à população, tendo sido estabelecidos o Gabinete de Operações Especiais, o Gabinete de Apoio aos Proprietários e o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo. O GTI de Guimarães sempre foi a entidade responsável por todas as variáveis decorrentes do processo de reabilitação que, após extinto, integrou o Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, em conjunto com o IGESPAR.

As acções de reabilitação no Porto promoveram a intervenção em escala mais alargada, ocorrendo a anexação de edifícios distintos num só, transfigurando de certa forma a autenticidade do edificado, mas levando o centro histórico a todos os extractos sociais e todos os escalões etários, dotando-se de conforto e tecnologias indispensáveis hoje em dia. Por outro lado, Guimarães negou o fachadismo, tentando intervir o mínimo possível, reparando somente o necessário, sem alteração da identidade e manutenção do típico do edificado.

Após a realização desta síntese comparativa foi possível verificar as principais diferenças na reabilitação da cidade do Porto e de Guimarães. Apesar do propósito ser o mesmo, manutenção da identidade cultural e patrimonial, em Guimarães a posição foi um pouco mais extremista.

3.4 Síntese Conclusiva

Neste capítulo efectuou-se uma aproximação ao processo de reabilitação nas cidades do Porto e Guimarães, ambas Património Mundial.

Assim, na Cidade de Guimarães concluímos que a reabilitação assenta em tendências e estratégias, com sensibilidade para o desenvolvimento urbano num modelo para a cidade. A estratégia apresentada define-se na reintegração da unidade morfológica antiga na cidade existente. José Aguiar (2005) diz-nos que o plano abordado em Guimarães, manifesta-se na conservação do património, atendendo a aspectos históricos e sociais, garantindo a identidade e autenticidade. Por outras palavras podemos afirmar,

que essa abordagem converte-se em manter a cidade com a mesma estrutura, morfologia e tipologia, procurando interagir com os novos tempos e novas necessidades.

O principal objectivo da renovação urbanística é a manutenção do existente, em operações lote a lote, tendo em especial atenção de não adulterar qualquer elemento do edifício, que se revele pertinente no aspecto da identidade e autenticidade.

A regeneração da Cidade de Guimarães nega tornar o município num gestor habitacional e também não tenciona uma renovação abusiva com conseqüente perda de identidade. Procura sim, a preservação histórica, como já referimos. Com esse propósito o município dá o exemplo, fazendo com que todos os edifícios sob a sua alçada sejam intervencionados contemplando na íntegra o disposto no regulamento. Assim todos os aspectos são apreciados ao pormenor, desde pequenas alterações a grandes restauros, garantindo a conformidade com o envolvente e com vista à melhor preservação do Centro Histórico.

Após a análise do Regulamento de Intervenção no Centro Histórico de Guimarães, concluímos que este tem o poder efectivo de confirmar o objectivo para o qual foi elaborado, traduzindo-se na palavra Preservação. Revela as suas disposições em condicionantes que promovam a utilização e reutilização do existente, garantindo a continuidade e inalteração do cariz histórico.

As suas proibições vão desde a impossibilidade, de atribuir o uso comercial no edifício sem ser no piso térreo, de alterações da tipologia da fachada, até à proibição do uso do alumínio e PVC em caixilharias e proibindo o encosto do vidro na parede. Dita ainda o tipo de traço usado nas juntas de alvenaria de pedra, o tipo de tinta e cor de acordo com a localização do edifício a ser intervencionado.

No que diz respeito às coberturas, obriga a uma estrutura em madeira revestida a telha. Sendo que qualquer outro aspecto relacionado com a cobertura terá que ser ponderado pela Câmara Municipal.

Por último, a obras de conservação e benefício não se aplica qualquer taxa, já nas recuperações e reabilitação é aplicada a taxa em vigor. Este facto visa uma vez mais objectivo principal do regulamento, a preservação, incentivando a pequenas intervenções de conservação onde a possibilidade de adulterar a identidade e autenticidade é menor ou nula.

Iremos agora apresentar algumas considerações finais sobre o caso da Cidade do Porto. Sabemos que esta cidade sofreu grandes alterações em termos económicos e sociais, como a Revolução Francesa de 1789, a Revolta Liberal de 1820. Manifestaram uma burguesia que ganhava cada vez mais destaque, agravando a diferenciação social e económica, em desigualdades aprofundadas por interesses políticos.

No final do século XIX, início do século XX, a cidade teve um aumento demográfico de 120%. Este facto ocorreu devido ao processo de industrialização, com abertura de novos postos de trabalho, provocando uma migração populacional das zonas rurais para a cidade. O planeamento urbano da época apenas pronunciava ser essencial manter a fachada frontal dos edifícios, ao mesmo tempo que surgiam as ilhas que acomodavam essa população proveniente das zonas rurais.

Podemos assim confirmar que, estes acontecimentos inspiraram a proliferação de soluções de aproveitamento de todo o espaço possível nos edifícios, tais como elementos adicionais, que iremos falar posteriormente, e que permitem o aproveitamento do vão do telhado.

Com a implantação da república, nascem os primeiros bairros sociais, levando os habitantes das ilhas para a periferia. Em 1956 o Plano de Melhoramento da Cidade do Porto reforçou a construção dos bairros na periferia, originando o decréscimo populacional no centro, sendo ainda agravado pelo Plano Director da Cidade em 1962 que promoveu a instalação do sector terciário no centro da cidade.

Após a Revolução de Abril de 1974, foi criado o SAAL, implementado a participação activa da população e um maior e melhor planeamento urbano. Ainda nesse ano foi

instituído o CRUARB com o objectivo de recuperação do património histórico e cultural, facultando a todas as classes a possibilidade de habitar no centro.

O CRUARB tinha como base dos seus princípios a Carta de Veneza, resguardando o centro histórico como associação de valores históricos, arquitectónicos de uma realidade social e cultural. A sua actuação revelou-se um factor decisivo para a classificação por parte da UNESCO, como Património Cultural da Humanidade.

A sua extinção baseou-se no número reduzido de edificios reabilitados em oposição ao capital investido. No objectivo de possibilitar a todas as classes poderem habitar no centro, as habitações foram atribuídas com uma renda proporcional aos rendimentos da classe média baixa.

Surge então a Sociedade de Reabilitação Urbana – Porto Vivo (SRU), apostando na remodelação do centro urbano, num local de habitacional, social, cultural, competitivo e acima de tudo requalificado. Ambicionando uma maior proximidade dos cidadãos ao centro da cidade, provendo investimento em espaço de lazer e requalificação ambiental, na coesão social, no património existente, em equipamentos e mobilidade. Com isto a SRU tenciona impulsionar acções e projectos que travem a degradação urbanística.

O Regulamento de Intervenção Urbanística no Centro Urbano e Histórico do Porto é da responsabilidade da SRU, tendo esta a competência de licenciar projectos, expropriar bens, realizar actos de realojamento e fiscalização de obras. Desta forma o município é encarregado das acções de reabilitação necessárias, na figura da SRU.

A Cidade do Porto é um exemplo da urgência de reabilitação, devido à degradação ao nível da segurança, habitabilidade e da estética, de modo a salvaguarda os valores históricos, culturais e sociais, revitalizando as zonas degradadas habitáveis. Para isso é necessário que os proprietários tomem iniciativas de reabilitação, recorrendo a entidades protocolares através da SRU. Possibilitando ainda a oferta de incentivos económicos a privados que cooperem nas acções de reabilitação urbana.

As acções de reabilitação por parte da SRU não necessitam de licenciamento e autorização, enquanto que a reabilitação levada a cabo por parte dos proprietários está dependente do disposto no PDM, e do licenciamento e autorização da Câmara Municipal. Assim os projectos apresentados á SRU devem conter, memória descritiva e justificativa, enquadramento nos planos municipais e especiais de ordenamento do território, integração urbana e paisagista da edificação, adequabilidade do projecto com a política de ordenamento do território, entre outros elementos necessários.

IV Casas Tipo no Porto

4.1 Caracterização da Casa Tipo no Porto

Segundo Francisco Barata Fernandes (1999), as cidades históricas possuem uma prévia criação mais global do que propriamente as cidades modernas. Para um conhecimento mais profundo das cidades e das partes que a originam é necessário proceder a uma caracterização mais objectiva.

(...) Mas uma verdadeira renovação não pode efectuar-se (...) sem que duas características básicas a acompanhem: são elas a globalidade e a abertura.

É global uma operação que afecta o coração e a carne dos homens, a sua vida física, espiritual e económica, os hábitos e a vida de uma comunidade, que pensa nas flores e nas infra-estruturas, que toca nas casas e nas ruas, que não esquece o pormenor do candeeiro ao mesmo tempo que concebe o todo como um valor de paisagem inserido no contexto urbano; é global uma operação que se enquadra em termos de Cidade e não de sector, como é global apenas uma operação que é de todos para todos e não de alguns para alguns.

E, sem abertura não há globalidade; abertura significa análise permanente de novas circunstâncias e portanto fixação permanente de novos objectivos e, portanto ainda, imaginação actuante e criadora ao longo do tempo. Dadas as constantes alterações de conceitos, de estruturas, de sistemas de relações que o nosso mundo vem conhecendo, difícil será estabelecer planeamento a longo prazo que não necessite de uma constante revisão de posições para conseguir o objectivo fixado ou outro que, entretanto, o tempo, bom conselheiro, indique como mais conveniente (...). (Fernando Távora, 1969)

O processo de evolução construtivo levou à instituição de diferentes tipos de edificado consoante a zona onde se encontra, sendo que os processos de reabilitação permitem uma melhor visualização do processo original de construção, acentuando as diferenças e deixando transparecer o que de belo tem a história e cultura da cidade portuense.

Para tal, considera três parâmetros, o relevo, o espaço público e o conjunto edificado. As propriedades topográficas permitem identificar os pontos onde a construção será mais acessível. A relação entre a topografia e o conjunto do edificado reflecte-se nos espaços públicos, nos espaços verdes, na sincronia com as vias de comunicação.

Assim os parâmetros de análise dos edifícios de habitação, descritos por Francisco Barata Fernandes (1999) são:

- Relação dominante do lote com o relevo e com o traçado viário;
- Relação do dimensionamento do lote com a edificação e com o logradouro;
- Matriz de organização interna do edifício e usos;
- Época e processo de formação do lote;
- Materiais de construção e elementos arquitectónicos.

Francisco Barata Fernandes (1999) afirma ainda, que as habitações unifamiliares possuem um carácter metamorfoseador, uma vez que nelas é possível a existência da dualidade habitar/trabalhar. Nestes casos, a área mínima é de 20 a 30 m², ocorrendo uma marcação específica segundo a funcionalidade que determinadas áreas desempenham.

Estas habitações necessitam de se adaptar a novas funções para que não se degradem. Podem até mesmo tornar-se em habitações plurifamiliares, sem perderem as suas principais características. As casas possuem um estilo arquitectónico muito próprio, caracterizado pelas fachadas altas e estreitas, com grande profundidade e com uma grande modelação ao relevo onde se encontram.



Figura 1 – Fases de Desenvolvimento da Cidade do Porto (adaptado)

Fonte: Francisco Barata Fernandes (1999)

Na figura 1 encontram-se representadas as fases de desenvolvimento decorridas na cidade do Porto. Francisco Barata Fernandes (1999) considera que na área da Ribeira-Barredo, Miragaia, Sé e Vitória se encontram edifícios distintos daqueles da expansão almadina que demonstra a história destas zonas.

A fase mercantilista centra-se na zona da Sé. Observa-se que a fase iluminista encontra-se desde a Praça da República, Rua dos Almadas e Cedofeita. A fase liberal destaca-se na zona da Boavista, Bonfim, Campanhã e Foz Nova. Por fim, a fase contemporânea formalizou-se na Via de Cintura Interna, permitindo as saídas da cidade para a zona norte e novas travessias do Douro, e fazendo ainda a continuação da Avenida da Boavista e a abertura da Avenida Marechal Gomes da Costa.

A casa do Porto mercantilista é típica dentro das muralhas, nas zonas da Ribeira-Barredo e da Sé, onde todo o lote era totalmente ocupado com forma medieval. A casa do Porto iluminista centra-se extramuralhas e zonas de expansão almadina, com maior relação entre o edifício e o logradouro. Nestes casos, os lotes já eram bem maiores. A casa do Porto iluminista provém do processo de industrialização e torna-se um marco que divide a cidade em duas áreas distintas (social e funcional). A casa do Porto liberal insere-se na área de expansão almadina, após a segunda metade do século XIX.

Segundo Oliveira e Galhano (2000), a cultura da cidade encontra-se expressa em todos os edifícios, desde pequenos pormenores até às ornamentações mais vistosas. Como tal, as ferragens, as pedras e os pormenores construtivos transbordam características socioculturais próprias desta cidade.

Os edifícios apresentam-se consoante propriedades individuais e colectivos dos demais habitantes, fornecendo uma imagem dos seus moradores, a sua cultura, as suas origens, o seu extracto social e o seu entendimento familiar, de acordo com Oliveira e Galhano (2000).

Oliveira e Galhano (2000) defendem que ao percorrer as ruas desta cidade é possível distinguir diferentes processos e estilos, desde as zonas mais históricas intramuros até às

primeiras zonas de expansão extramuros. A primeira nota que se pode tirar neste percurso recai sobre os contrastes das casas, não seguem uma linha construtiva, mas pelo contrário, todas são diferentes em tamanho, altura, cor e formas.

Apesar de todas as diferenças é possível se conseguir obter alguns pontos semelhantes que permitem um agrupamento de dois subtipos: Segundo Oliveira e Galhano (2000), a casa urbana “*esguia, estreita e alta*” possuindo entre três e quatro andares, e ainda os acrescentos e com duas ou três janelas e portas, tal como é demonstrado na figura 2.



Figura 2 – A Casa Urbana “*esguia, estreita e alta*”

Fonte: Autor

Por outro lado, a casas urbanas “*largas e baixas*” com rés-do-chão e andar nobre, possuindo diversas portas e janelas, como o exemplo da figura 3. Esta é a casa tipicamente nobre, de acordo com Oliveira e Galhano (2000).



Figura 3 – A Casa Urbana “larga e baixa”.

Fonte: autor.

Oliveira e Galhano (2000) afirmam que a distinção entre as habitações verticais e as habitações horizontais permite antever o extracto sociocultural dos seus habitantes. Nas casas verticais ocorre uma ligação entre o habitar e o trabalhar, uma vez que o andar mais baixo, normalmente seriam lojas. Nestes casos existia uma ligação interior entre o local de trabalho e a habitação propriamente dita. As casas horizontais permitiam a ideia de riqueza, domínio e prestígio.

A “originalidade” no caso do Porto recai sobre o facto de que nas zonas históricas somente se verificam as casas verticais dos burgueses. Transformando o Porto na cidade burguesa de Portugal, onde o trabalho permite a ascensão à nobreza. Na casa vertical (esguia estreita e alta) o autor apresenta dois subtipos, a casa de pedra, sendo mais comum, e a casa de fachada de tabique, afirmando que restam apenas algumas construções. Diz ainda, que à excepção da casa de construção romano-gótica, a casa de tabique é anterior à casa de pedra. Apresentando-se mais em termos de espaços diminutos e ornamentos pouco trabalhados, dispendo de molduras de janelas e portadas.

Segundo Oliveira e Galhano (2000) (...) entablamentos de varandas e beirais (...) de madeira, que se destaca em escuro contra a superfície lisa das paredes, assenta num R/c e não raro também num primeiro andar de perpianho, e tem apenas os restantes de material leve, pode apresentar-se com andares em ressalto ou com fachadas lisas (...).

Denomina-se construção tradicional ao conjunto de procedimentos relacionados com determinadas formas de manuseamento de certos materiais, resultantes em técnicas e sistemas de construção de edifícios até finais do século XIX. (Teixeira, 2006)

Os andares em ressalto apresentam-se mais ou menos salientes, assentando geralmente nas vigas de madeira do soalho, escorados de forma oblíqua, ornamentados com cachorros de forma tosca em pedra e cornijas na extensão da fachada, encontram-se alguns apoiados em colunas de pedra (ver figura 4).



Figura 4 – A Casa Urbana, com Andares em Ressalto.

Fonte: autor

Estas casas estão geralmente localizadas em gavetos com variadas cérceas e acrescentos de diferentes épocas, munidos de vãos assimétricos de forma quase aleatória. Estes encontram-se também entre edifícios, ocupando o lote de menor dimensão à face da rua. Nesta casa a fachada apresenta uma forma regular com poucos vãos, mas de aberturas simétricas em cada andar.

Basta olharmos para uma qualquer rua dos séculos que estamos a tratar para constatar que a uniformidade dos alçados das suas casas se deve à sistematização dos elementos que constituem o sistema construtivo desses alçados e conseqüentemente da sua arquitectura. De facto, numa análise mais

aprofundada sobre o sistema construtivo das casas do Porto, podemos observar engenhosas combinações, feitas por exemplo com os lancis de cantaria ou com os diversos elementos de madeira que constituem os revestimentos e acabamentos do seu interior (...). (Teixeira, 2004)

Tal como foi demonstrado, a cidade do Porto possui diferentes tipos de casas consoante o momento histórico da sua construção. Porém praticamente todos os telhados são deveras ricos em termos de elementos construtivos. São estes elementos que permitem uma maior e mais profunda caracterização da história e da sociedade e, como tal, devem permanecer e serem incluídos em acções de reabilitação.

4.2 Síntese Conclusiva

O estudo da caracterização da casa tipo no Porto teve como base dois autores, que assumiram destaque na pesquisa bibliográfica efectuada. Vimos que são duas abordagens distintas, enquanto Francisco Barata Fernandes (1999), explora o carácter político, tendo em atenção a matriz de organização e a topografia, Oliveira e Galhano exploram a casa tipo no sentido mais pragmático, social e morfológico.

O processo de evolução construtivo originou morfologias distintas do edificado dependendo do local de construção. Desta forma são considerados três parâmetros de análise estabelecidos por Francisco Barata Fernandes (1999). Tal como foi referido, as propriedades topográficas facilitam a identificação dos locais propícios à construção. Esta relação entre a topografia e a construção repercute-se nos espaços públicos e na sincronia com o traçado viário.

Vimos ainda que as habitações unifamiliares possuem um carácter metamorfoseador, o que possibilita a dualidade habitar/trabalhar, ao tornarem-se plurifamiliares sem perder as suas principais características.

Foram assim encontrados três tipos de casa na Cidade do Porto, a Casa Mercantilista, situada no interior das muralhas e com ocupação total do lote; a Casa Iluminista, é a confirmação do processo de industrialização que atrás falamos e que evidenciou a distinção entre o social e funcional. Na forma de ocupação do lote, estabelece maior

relação entre o edifício e o logradouro. Tanto esta como a Casa Liberal, estão inseridas dentro da área de expansão almadina, sendo a Casa Liberal da segunda metade do século XIX.

Por outro lado vimos que Oliveira e Galhano (2000), caracterizam a Casa do Porto através da imagem dos seus moradores, da sua cultura, origens e extracto social. A cultura portuense está expressa nos edifícios desde os aspectos construtivos até à ornamentação. Concluimos então que, a cidade atravessou diferentes acontecimentos que marcaram a sua história e a sua cultura, dos quais resultaram diferentes linhas construtivas, representadas na morfologia do edificado.

Foram definidos dois tipos de casa, a “*esguia, estreita e alta*” com 3 e 4 andares, com o lote estreito e esguio, e a casa “*larga e baixa*” com apenas o piso térreo e primeiro andar, como que proclamando o esbanjamento de espaço. Esta distinção demonstra o seu carácter sociocultural. Se numa temos a função de habitar/trabalhar, tal como referia Francisco Barata Fernandes (1999), a casa “*larga e baixa*” de Oliveira e Galhano transmite o sentido de poder, riqueza e prestígio.

A originalidade apontada por Oliveira e Galhano, deve-se ao facto da casa burguesa “*esguia estreita e alta*” se localizar na zona histórica, fazendo do Porto, a cidade burguesa. Contudo foram ainda apresentadas dois subtipos de desta construção, a Casa de Pedra e a Casa de Fachada em Tabique. Esta tem a particularidade de andares em ressalto, fazendo com que a área de construção vá aumentando piso a piso, sem no entanto aumentar a área de implantação.

V Caracterização dos Telhados na Cidade do Porto

5.1 Telhados de Quatro Águas

A origem deste tipo de estrutura perdeu-se na história e tem-se mantido até aos nossos dias, apenas com algumas inovações nos elementos resistentes da estrutura. A principal vantagem deste telhado é a facilidade de construção, tendo a capacidade de facultar o desimpedimento, do vão de cobertura, de elementos estruturais (ver figura 5).

De acordo com Oliveira e Galhano (1959), pode-se dizer que, salvas raríssimas exceções, até meados do século XIX, as casas do Porto (mesmo já as velhas casas estreitas e altas de fachada de tabique, dos bairros da Sé e da Vitória) têm telhados de quatro águas, de telha caleira portuguesa – o que significa que os oitões terminam horizontalmente, na mesma linha do beiral frontal. Nas casas mas estreitas, esse telhado é tão baixo que não permite o aproveitamento do seu vão para qualquer sótão.



Figura 5 – Estrutura Interna de Telhado de Quatro Águas.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura

Inicialmente a estrutura era formada apenas por duas vigas e madeira, unidas no topo de modo a garantir o ângulo de inclinação das águas, tendo por base uma viga transversal apoiando-se nas paredes exteriores, designada por linha de asna. As duas pernas de asna são travadas por a dois terços de altura das asnas, deixando assim o vão livre de estrutura da armação, como é demonstrado na Figura 6.

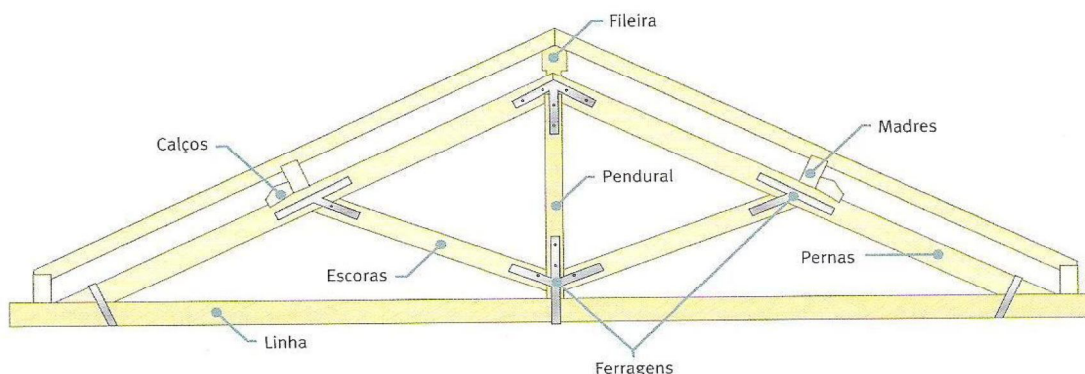


Figura 6 – Constituição da Estrutura da Asna.

Fonte: João Appleton (2005)

O travamento longitudinal ocorre ao nível da cumeeira e a meio do vão das duas pernas de asna. Sobre a armação existem pregados os caibros de madeira onde se pregava um tabuado de guarda-pó, no qual se fixava um ripado para apoiar as telhas. Este tipo de estrutura originou os tectos de masseira.

A telha de canudo era aplicada inicialmente na “Casa do Porto”, assentando directamente sobre o ripado. Era necessário fazer o seu travamento em argamassa de modo a garantir a sua fixação, visto que esta telha não possuía encaixe próprio.

O revestimento com telha de Marselha e a consequente utilização dos sótãos com funções de habitabilidade levou ao quase desaparecimento do guarda-pó, o qual só se utiliza em casas abastadas.

5.2 Telhados de Duas Águas

Durante o século XIX começa a ser aplicada a telha Marselha, possuindo já sistema de encaixe, permitiu aumentar a inclinação das águas, através de asnas melhoradas. Deste modo o vão do telhado garante os requisitos para que possa ser feita a sua utilização. Este material de revestimento, facultou o aumento da pendente da cobertura, despontando o aparecimento dos telhados de duas águas, tornando o uso do sótão mais generalizado.

Oliveira e Galhano (1959) afirma que

a partir de finais do século XIX, vemos vulgarizar-se o telhado de duas águas, no sentido frente fundo, com as empenas dos oitões por vezes muito elevadas, continuando a linha frontal a ser horizontal.

Em relação à estrutura deste tipo de telhado, é bastante simples. As traves de madeira apoiam directamente sobre as empenas. Nas traves é aplicado um ripado transversal onde se fixam as telhas tipo Marselha. Este ripado é agora, ao contrário do que sucedia no telhado de quatro águas, executado em madeira apumada. A tecnologia aplicada na cobertura de duas águas é em tudo semelhante à utilizada no sobrado, assentando o soalho sobre traves de madeira (troncos).

5.3 Telhados em Mansarda

O nome de mansarda deriva do Arquitecto seu criador *François Mansard*, o qual possui dupla vertente em cada um dos quatro lados, sendo que a parte inferior se caracteriza como sendo mais íngreme e longa do que a superior. (Cole, 2003. Cit in M. Lopes, 2007) Segundo Benance (1993) esta tecnologia foi introduzida em Portugal durante o período pombalino.

Seguindo Oliveira e Galhano (1959), de um modo geral podemos definir este telhado como possuindo declives diferentes na mesma água, ou seja, a água de cobertura é

dividida em duas partes. A inferior denominada de água dobrada, tem um declive mais acentuado que a parte superior.

A mais-valia deste sistema de cobertura é o facto de proporcionar um pé-direito facultando o seu aproveitamento como espaço de habitar. Nos edifícios mais recentes encontramos mansardas como processo de colmatar o remate da fachada com a cobertura, apresentando regra geral um revestimento em lousa ou telha aplicadas em escama (ver figura 7).



Figura 7 – Telhado em Mansarda Reabilitado.

Fonte: autor

5.4 Componentes Adicionais Tradicionais nos Telhados do Porto

Em meados do século XIX nos edifícios do Porto as coberturas eram executadas por um telhado de quatro águas em telha de caleira, também conhecida como telha de canudo. De acordo com Oliveira e Galhano (1959), o tipo de lote na cidade origina edifícios com uma frente de rua estreita, levando ao aproveitamento máxima da fachada. Em alguns casos a inclinação do telhado não permite o aproveitamento desse espaço, mas noutras situações em que a dimensão do fachada permite uma maior pé-direito do vão do telhado, encontramos vários modelos de pisos adicionais. Evidenciando a multiplicidade

das soluções estruturais destes elementos adicionais na cobertura. Na mesma cobertura encontram-se diversos tipos e que fazem parte da caracterização da Casa do Porto.

O último piso apresenta um pé-direito inferior ao resto da construção, uma varanda na extensão da fachada, superior a um falso beiral, são elementos que permitem identificar edifícios dos séculos XVII e XVIII.

O vão do telhado é normalmente aproveitado como divisão da habitação, na casa com cobertura de duas águas. Este aproveitamento não necessita de mais elevação das paredes laterais. Como solução de iluminação desse espaço, mais comum é o postigo, dispensando gastos na alteração da forma do telhado, como na figura 8.



Figura 8 – Postigo no Telhado

Fonte: autor

5.4.1 Elementos Singulares dos Telhados

Nos telhados existem alguns elementos singulares, tais como os beirais e os frontões. Estes elementos são encontrados com bastante frequência nas casas do Porto, sendo possível os distinguir nos edifícios mais antigos. Como tal, de seguida serão explicados estes elementos.

5.4.1.1 Beirais

Os beirais sobressaídos são também um dos principais elementos distintivos. Nas edificações mais antigas e singelas, com a fachada em tabique, o beiral e a varandas assentam numa estrutura de madeira sem ofuscação dos caibros (ver figura 9).

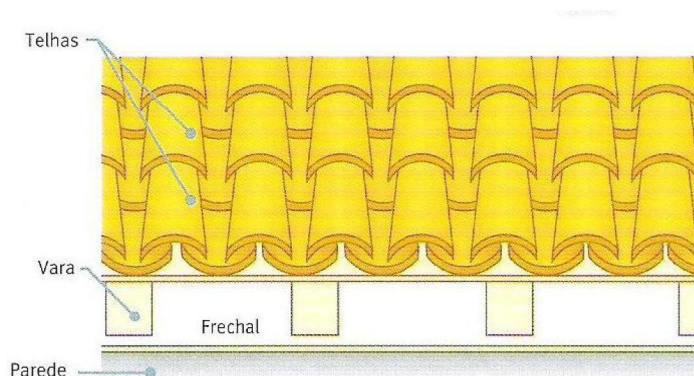


Figura 9 – Constituição do Beiral em Telha de Canudo.

Fonte: João Appleton (2005)

Durante o século XVIII a madeira é substituída por ornamentos e molduras em granito, na casa de pedra e cal, que se torna cada vez mais vulgar durante este século. Surgem ornamentos mais trabalhados no emparelhamento do granito, de acordo com Oliveira e Galhano (1959).

Oliveira e Galhano (1959) afirmam que a caracterização dos beirais prende-se com a sua função devido ao clima pluvioso característico da cidade. Sendo recorrente na região norte, revelam-se mais simples do que na cidade do Porto. Tanto os telhados como os beirais são elaborados com telha de canudo (figura 10), por vezes ornamentados com goteiras, algerozes de cantaria, trabalhados como que gárgulas góticas. Estes elementos são usuais na região de Entre-Douro-E-Minho.



Figura 10 – Beiral em Telha de Canudo.

Fonte: autor

5.4.1.2 Frontões

No início do século XX o telhado de duas águas, torna-se mais comum. Tem como principal característica a altura das empenas laterais, sendo que as águas do telhado se orientam no sentido frente-traseiras. Estas casas do início do século dispõem por vezes de beirais mais pequenos em relação às casas de épocas anteriores, continuando a ser usada a platibanda para o remate da fachada frontal com a cobertura. Na platibanda encontramos alguns elementos decorativos antropomórficos, vegetais, monogramas entre outros, de acordo com Oliveira e Galhano (1959).

Já durante os séculos XVII e XVIII em casas com cobertura de quatro águas, eram utilizados estes motivos no encontro da fachada com a cobertura. Em casas de dimensão mais abastada, a platibanda é guarnecida com óculo, pedra de armas, ou um monograma monumental. Em algumas situações encontramos exemplos de um falso beiral assente num a cornija em evidência, apenas com objectivo estético.

Nas soluções do remate da fachada principal com a cobertura, temos também, casas com varandins e frontões a quando de uma atenção mais detalhada na sua elaboração. Os frontões assumem toda a extensão da fachada em forma de tímpano e dividem-se,

segundo Oliveira e Galhano (1959), em três tipos de tímpano: perfeito, truncado e imperfeito. Os dois últimos apresentam vãos de acesso à varanda. No tímpano truncado a cobertura apresenta ao centro da fachada uma linha horizontal. No imperfeito, a platibanda encobre a estrutura do telhado numa fachada falsa (ver figura 11).

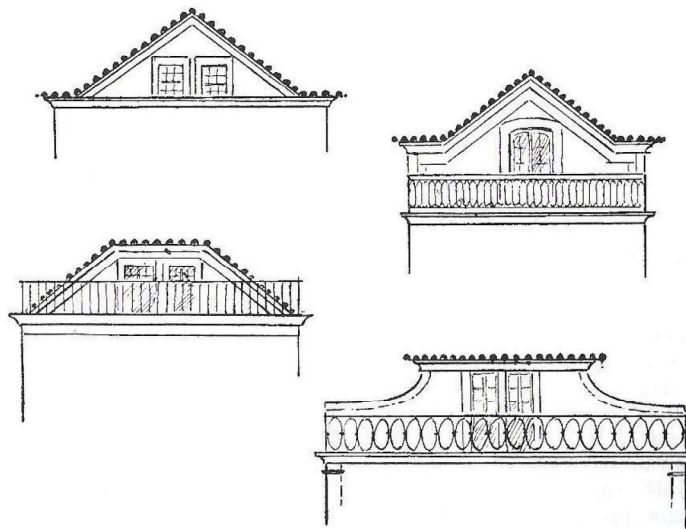


Figura 11 – Exemplos de Frontões.

Fonte: Oliveira e Galhano (2000)

Por vezes quando em determinadas situações de remate, o falso tímpano sobressai do telhado encontrando-se com a fachada, é considerado como trapeira central, caracterizada nesta situação como elemento de ornamentação, de acordo com Oliveira e Galhano (2000)

5.4.2 Elementos Adicionais dos Telhados

É característico dos edifícios antigos possuírem algum género de elemento adicional inserido na cobertura, fazendo uso do pé-direito, tal como as trapeiras, mirantes e andares suplementares, tal como pode ser observado na figura 12, onde se encontra uma clarabóia, uma trapeira e um andar suplementar.



Figura 12 – Exemplo de Elementos Adicionais nos Telhados do Porto.

Fonte: autor

5.4.2.1 Varandins

Em casos que o acrescento fica recuado em relação à fachada, é criado um varandim com abertura de vãos de acesso ao mesmo, dando continuidade à linguagem da fachada. Estes varandins podem ser cobertos e envidraçados ou totalmente abertos, como se apresenta na figura 13.

Os varandins cobertos apresentam em determinados casos uma ruptura com a linha do telhado, podendo identificar-se como um andar acrescento recuado da fachada. São ainda guarnecidos nas fenestraçãoes com caixilharias em ferro, revelando algum exotismo na utilização de vidro colorido, tanto na caixilharia como nas portadas de acesso aos varandins. Nos edifícios de gaveto o andar recuado dispõe do varandim em todas as suas frentes.

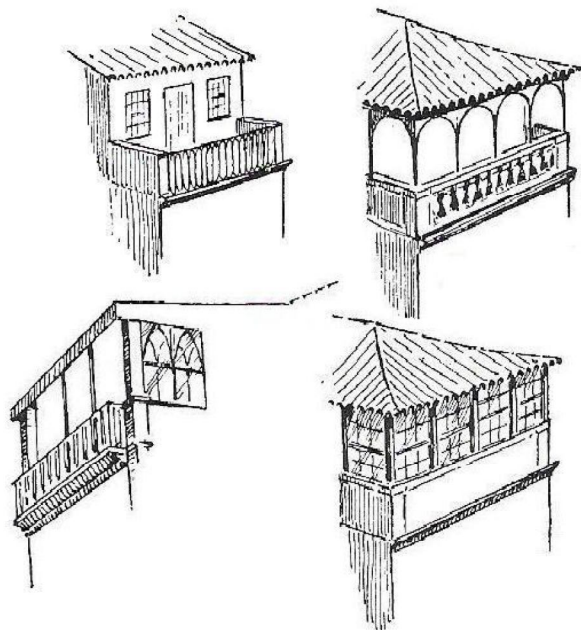


Figura 13 – Exemplos de Varandins.

Fonte: Oliveira e Galhano (2000)

5.4.2.2 Mirantes

Designamos mirantes como elemento construtivo em forma de acrescento assentado em cima da cobertura do telhado. Oliveira e Galhano (1959) dizem-nos que na “*casa estreita*”, os mirantes preenchem toda largura da frente de rua, sendo que na casa mais abastada, o mirante instala-se no centro do telhado, assemelhando-se “*como um pequeno torreão*”.



Figura 14 – Acrescentos/Mirantes em Miragaia.

Fonte: autor

Estes mirantes possuem janelas e um telhado de reduzida dimensão, funcionando de forma independente do telhado principal do edifício. Estas características podem ser observadas na figura 14, onde se encontra um mirante.

5.4.2.3 Andares Suplementares

Os andares suplementares distinguem-se das restantes soluções pelo facto de se traduzirem por um novo piso acrescentado ao edifício original, transformando o traço arquitectónico em que foi construído. No que toca a detalhes construtivos, os andares acrescentos são normalmente de construção menos cuidada que o restante edifício. A figura 15 ilustra um exemplo de andar suplementar construído em tabique, onde se observa um maior descuido na sua construção.

(...) em prédios de cantaria, um último andar de tabique, liso e tosco, com as molduras das janelas de madeira, acima da cornija ou do entablamento de granito do antigo beiral(...), de acordo com Oliveira e Galhano (1959).



Figura 15 – Acrescentos de Tabique em Miragaia.

Fonte: autor

Quando a solução do acrescento fica afastado da platibanda, são abertos vãos de janela para a fachada frontal, figurando-se como um mirante. A cobertura destes andares é na maioria das vezes de quatro águas sendo que os materiais utilizados são, segundo Oliveira e Galhano (1959), “ (...) Tabique, à vista ou revestido exteriormente de telhas postas a prumo, nas mais antigas; lousas ou chapa, nas mais recentes.” Na figura 16 são demonstrados dois exemplos em edifícios próximos onde os materiais são a telha a prumo e a chapa. Os materiais utilizados tem na razão da sua escolha, a rapidez de aplicação e sobretudo o reduzido custo.



Figura 16 – Exemplos de Revestimentos em Acrescentos, em Chapa e Telha a Prumo.

Fonte: autor

As soluções de aproveitamento da cobertura diferenciam-se pela sua feição e pela função a que se destinam. As trapeiras assumem o papel não só de iluminação mas também de aumentar o pé-direito da nova divisão da habitação. No caso do mirante trata-se de uma extensão da casa formada no telhado. Já nos andares suplementares caracteriza-se por serem um novo piso acrescentado à construção inicial, executado em materiais leves e de baixo custo.

5.4.2.4 Clarabóias

Um outro elemento, também distintivo, nos telhados do Porto são as clarabóias, com a função de iluminar a escada de acesso aos vários pisos da habitação. A sua morfologia traduz-se em diferentes geometrias, por vezes ricas em ornamentos. Essa geometria é, regra geral, circular ou elíptica, sendo que encontramos diferentes soluções de iluminação da escada central (ver figura 17).

A Casa do Porto assume assim a sua particularidade. Encontramos várias soluções de acrescentos e ampliações da habitação, bem como elementos de iluminação no mesmo telhado. Este facto vai frisar a desordem destes diferentes elementos, com a variação das cêrceas, dimensões na arquitectura da Casa do Porto, traduzindo-se na harmonia de irregularidades do conjunto edificado da Cidade do Porto.



Figura 17 – Clarabóia e Andar Acrescento.

Fonte: autor

Deste modo o aproveitamento do espaço entre o tecto do último piso e o vão do telhado, revela-se mais um traço distinto na concepção do parque habitacional no Centro Histórico do Porto.

5.5 Síntese Conclusiva

Após finalizarmos a análise sobre os tipos de telhados, é importante reter alguns aspectos. Concluimos que a principal vantagem do telhado de quatro águas é a facilidade de construção aliada ao desimpedimento do vão da cobertura de elementos estruturais. A sua armação é formada por asnas que garantem a inclinação das águas, mas estando limitadas ao tipo de telha a ser usada no revestimento. O travamento das asnas é executado através da cumeeira e pelas madres, recebendo um ripado no qual assenta directamente a telha de canudo, sendo para isso necessário fazer o seu travamento através de argamassa.

Com o surgimento da telha marselha, a inclinação passou a ser mais acentuada, permitindo o maior aproveitamento do vão do telhado. Este facto possibilitou a vulgarização do telhado de duas águas, com uma construção simples em relação ao telhado de quatro águas. A sua estrutura assemelha-se aos sobrados, assentando as traves de madeira directamente nas paredes de empena. O ripado para assentamento da telha tem ser executado em madeira apumada. Resta referir ainda que a orientação das águas desenvolve-se no sentido frente traseiras do lote. Facto que origina alguns dos elementos adicionais.

Durante o período pombalino começou a ser aplicado em Portugal o telhado em mansarda. Criado pelo Arquitecto François Mansard. Este tipo de telhado facilita, melhor que os anteriores, o aproveitamento do vão do telhado, pela sua característica distinta de possuir duas inclinações diferentes na mesma água e assim aumentando o pé-direito facultando o remate da fachada com a cobertura mantendo o alinhamento dos vãos.

Quando não é possível o aproveitamento do espaço da cobertura, surgem como vimos, várias soluções que permitem a criação de espaço ou com o objectivo de iluminar e ventilar. Sendo a solução mais corrente, o postigo. Recebe esta designação, com o mesmo significado de uma clarabóia plana de pequenas dimensões, mas sendo possível a sua abertura.

Nos componentes adicionais concluímos que a sua aplicação deve-se sobre tudo, a razões funcionais que evoluíram na pormenorização e ornamentação, propondo soluções de remate nas adições que surgiam nas coberturas.

Designamos elementos adicionais em: varandins, que fazem o fecho do andar recuado com a fachada, muitas vezes são totalmente fechados com caixilharias; os mirantes, que identificamos como uma construção acima do telhado e ocupando toda a largura do lote e funcionando de forma independente do telhado principal; o andar suplementar, caracterizado pela sua construção menos detalhada e diferente da leitura arquitectónica do edifício. E por fim, as clarabóias, com a função de iluminar os acessos verticais, variando na geometria sendo a mais usual a circular ou elíptica.

O facto de ser possível encontrar estes elementos adicionais nos telhados do Porto, é o espelhar de uma cultura que na sua evolução conseguiu adaptar-se, e acima de tudo adaptar a habitação às suas necessidades.

Falta ainda referir um dos elementos adicionais que encontramos nos telhados, as Trapeiras das quais iremos falar no capítulo seguinte.

VI As Trapeiras como Elemento Característico da Cidade do Porto

6.1 Trapeiras, Génese

Neste capítulo iremos responder às questões que inicialmente levantamos. Em primeiro lugar tomemos como análise a génese das trapeiras e os factores que a originaram. Em seguida iremos definir o significado da trapeira e os seus diferentes tipos deste elemento que encontramos na Cidade do Porto.

Como já foi referido anteriormente a Cidade do Porto foi alvo de grandes acontecimentos ao longo da sua história, de tal forma que aquilo que a cidade e a sua cultura são hoje, foi talhada por esses acontecimentos. Sabemos que no final do século XIX e início do século XX a cidade teve um elevado aumento demográfico. Sendo a principal causa apontada ao processo de industrialização e consequente abertura de novos postos de trabalho, o que levou à deslocação populacional das zonas rurais para a cidade.

Outra contribuição significativa foi a tipificação e sistematização dos elementos arquitectónicos, devido ao aumento populacional que originou uma enorme urgência das iniciativas em curso, de acordo com Benance (1993).

Concluimos então, que estas ocorrências inspiraram a divulgação de soluções de aproveitamento do espaço, entre elas a trapeira. Embora esta solução construtiva, tenha sido introduzida em Portugal durante o período pombalino, não foi possível confirmar esse facto. De acordo com Benance (1993) o aproveitamento do vão do telhado, é executado através do telhado em mansarda, introduzido durante o período pombalino. Este tipo de telhado era correntemente aplicado no seu país de origem.

O sistema construtivo da habitação em Portugal, na época, era semelhante ao usado nos países do norte da Europa, tal como Inglaterra, França, Alemanha, etc. Possivelmente a trapeira foi assim inserida em Portugal, no mesmo período que esse sistema construtivo. Segundo Benance (1993), “ (...) Solução do “acréscimo” igualmente nova, que se generalizou (...) no início do século XIX”.



Figura 18 – Edifício com Trapeira em Miragaia.

Fonte: autor

Numa época de dificuldades e elevadas diferenças sociais, a construção de trapeiras permitiu a muitos uma oportunidade de ficar na cidade e poder trabalhar nas fábricas. Por tradição, as famílias viviam no mesmo edifício, uns ficando com o primeiro andar e os restantes nos andares acima, trabalhando nas lojas existentes no rés-do-chão. Sendo o edifício considerado como local de trabalho e de habitação, permitindo às famílias subsistir juntas. Com o aumento da família tornava-se necessário mais divisões de alojamento e, assim, as trapeiras surgiam como solução efectiva e prática para a acomodação.

A construção destes elementos tornou-se tão usual, que em certos casos ocorriam para que houvesse um quarto interior dotado de clarabóia e janelas mas de tal forma privado que permitisse tudo observar, transformando-se em adorno e símbolo de requinte. De acordo com Costa (1945), Quase todas as casas, principalmente as modernas, têm os seus quartos interiores ilustrados com altas clarabóias, que lhes comunicam tanta luz quanta poderiam receber se facessem com a rua (...)

No capítulo anterior, vimos que o aparecimento da telha marselha, permitiu maiores ângulos nas águas dos telhados, o que facultava mais espaço passível de ser aproveitado. Com isto, podemos especular, que dada a origem da telha marselha originária da cidade com o mesmo nome em França, o mesmo país onde foi criado o telhado em mansarda, se estas tecnologias, bem como a trapeira, não teriam sido introduzidas em Portugal durante a mesma época?

O progresso construtivo predispôs diferentes formas com a variável do local de construção. Na Cidade do Porto, Francisco Barata Fernandes (1999) diz-nos que a habitação unifamiliar desfruta de um traço metamorfoseador que garante a dualidade das funções habitar/trabalhar quando se tornam plurifamiliares sem no entanto, perder as suas características. Oliveira e Galhano (2000) dizem-nos que a Casa do Porto é a imagem dos seus moradores, da sua cultura, origens e extracto social. Deste modo a cultura portuense está expressa nos seus edifícios.

6.2 Trapeiras, Designação

As trapeiras designam-se por elemento construtivo com a função de iluminar e ventilar o aproveitamento do espaço entre a cobertura e o último piso da habitação. No senso comum são identificadas como uma janela das águas furtadas, sendo que por vezes desempenha a função de elemento decorativo.

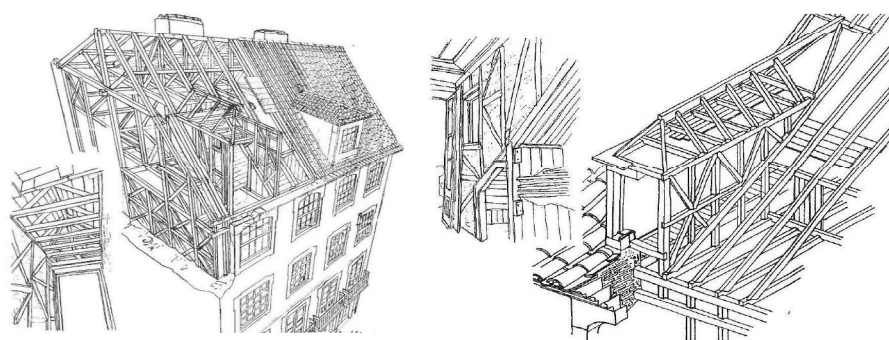


Figura 19 – Sistema Construtivo da Trapeira (adaptado).

Fonte: Jorge Mascarenhas (2004)

Na figura 19 observa-se um sistema construtivo da trapeira, onde se observa o alinhamento com a estrutura do telhado para que as paredes laterais possam ficar alinhadas nas pernas das asnas do telhado. As paredes laterais da trapeira eram construídas com pranchas de madeira.

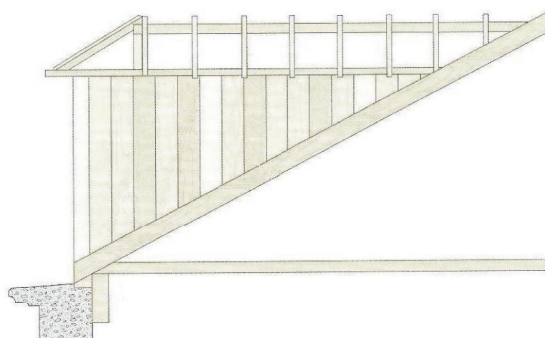


Figura 20 – Trapeira, Alçado Estrutural (adaptado).

Fonte: João Appleton (2003)

Na figura 20 encontra-se representado um alçado estrutural da trapeira, onde se observa o forro constituído por tabuado que seria posteriormente revestido com zinco e telha.

A trapeira tem a vantagem de ser revestida com o mesmo material do resto da cobertura, sendo facilmente resolvidos os problemas de ventilação, ao contrário das janelas nos telhados, clarabóias planas (postigos). O ponto mais elevado da trapeira é limitado pela linha da cumeeira da cobertura. Em alguns casos, o encontro da cumeeira da trapeira e a do telhado não é perfeita, demonstrando a falta de cuidado na sua construção (ver figura 21 B)



Figura 21 A e 21 B – Trapeiras em Miragaia.

Fonte: autor

Na sua maioria são de pequena dimensão, com apenas uma janela (figura 21 A), em alguns casos, quando de maior dimensão, possuem várias janelas nos diferentes panos de fachada que apresentam. Em edifícios cujo lote se apresenta mais largo, na cumeeira do telhado surgem unificações de 4 trapeiras.

Normalmente a sua cobertura é de três águas em telha de canudo. A estrutura das paredes é em tabique á vista ou revestido, tal como os andares acrescento, em lousa, chapa ou telha composta a prumo. Na figura 22 observa-se a constituição da trapeira, visualizando-se o tabique de prancha ao alto, onde o reboco e o estuque se encontram sobre o ripado de madeira.

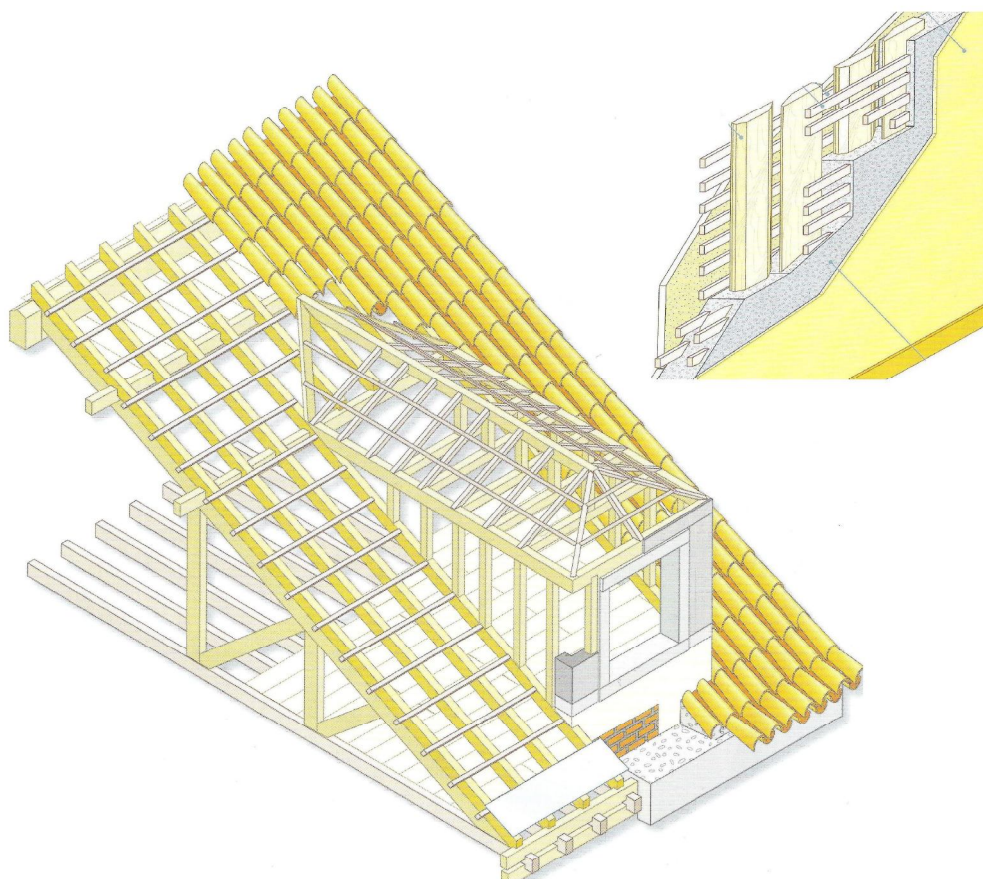


Figura 22 – Trapeira com Estrutura à Vista e Constituição de Parede em Tabique
(adaptado)

Fonte: João Appleton (2003)

6.3 Tipos de Trapeiras

Foram recolhidas fotografias da zona envolvente dos estudos de caso, nomeadamente da área Bonfim/Campanha, Lóios/Rua dos Caldeireiros/Rua Mouzinho da Silveira, Miragaia e Ribeira.

Encontram-se várias formas efectivas mas, para que a sua identificação seja mais clara, neste trabalho serão classificadas segundo o tipo de águas. Assim, irão ser apresentadas trapeiras de uma água, de duas águas e de três águas.



Figura 23 – Exemplo de Trapeira com Uma Água.

Fonte: autor

Na figura 23 está representado um exemplo de trapeira com uma água, situada na zona do Bonfim. A sua construção provavelmente será recente, embora que não foi possível o acesso ao seu interior para confirmar esse facto. Pelo exterior apenas se verificou o revestimento em chapa nas paredes e cobertura. Este foi um dos raros exemplos encontrados.



Figura 24 A e 24 B – Exemplo de Trapeira com Duas Águas.

Fonte: autor

A figura 24 A identifica um exemplo de trapeira de duas águas na zona do Bonfim. Neste caso, embora a estrutura ainda seja com dimensões reduzidas, a sua janela já é maior. Encontra-se construída em chapa e com telha Marselha. A figura 24 B, embora também represente uma trapeira de duas águas, é um exemplo com dimensões mais alargadas onde se observa o revestimento em “escamas” de lousa. Este exemplo encontra-se na Rua Mouzinho da Silveira.



Figura 25 – Exemplos de Trapeira com Três Águas.

Fonte: autor

Na figura 25 encontram-se dois exemplos de trapeiras com três águas, sendo localizadas na zona da Ribeira. Estes são exemplos com dimensões mais reduzidas mas com uma janela maior. O revestimento é em chapa e telha Marselha. É de salientar a caixilharia em guilhotina, com ombreiras em madeira tal como o beiral.



Figura 26 – Postigos Elevados. Praça Almeida Garrett e Miragaia.

Fonte: autor

Os acrescentos que se apresentam com quatro águas, que eventualmente possam ser confundidas com trapeiras, serão classificados como andares suplementares, uma vez que criam por si só um espaço de habitar. Em muitos surge o acrescento de trapeiras de duas ou três águas a estes andares suplementares. Existem acrescentos de pequenas dimensões que não contribuem para a criação de um espaço novo, e são interpretados aqui como postigos elevados (figura 26).

Como vimos as trapeiras fazem parte da morfologia da cidade, fazendo parte dos alçados da frente de rua e obviamente á vista de todos. Diferenciamos o tipo de trapeira pelo número de águas do seu telhado, mas independente do tipo de água, poderíamos classifica-la pelos seus revestimentos, dimensão, tipo ou número de caixilharias. A classificação que foi feita revelou-se a que possibilita de forma facilitada a sua identificação.

Observamos também, que na Cidade do Porto encontramos diferentes Casas Tipo, e na maioria dos seus telhados, vemos elementos adicionais que foram aqui estudados. Deste modo as trapeiras, e outros elementos, devem ser incluídos em acções de reabilitação. No capítulo seguinte são apresentados dois estudos de caso com diferentes abordagens á reabilitação das trapeiras.

VII Estudos de Caso/Soluções de Reabilitação das Trapeiras

7.1 Projecto de Reabilitação, Casas António Carneiro

O edifício localiza-se na rua António Carneiro nº 373, 375, 385 e 389, pertencente à freguesia do Bonfim. Será um prédio para habitação multifamiliar e comércio.

Este prédio pertence ao início do século XX e, originalmente possui dois projectos distintos (figura 27), um de 1916 como Centro Republicano Democrático do Bonfim, e outro de 1918 como creche, cantina, balneários para os operários da fábrica de tecidos “Manuel Pinto de Azevedo”.

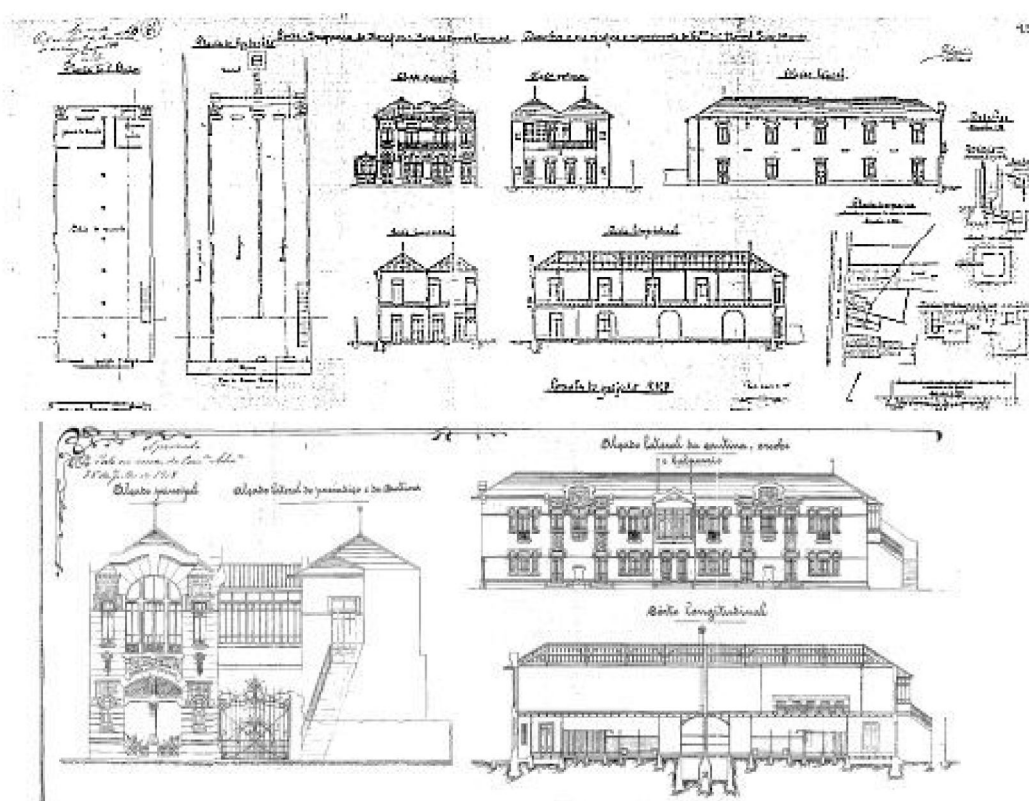


Figura 27 – Centro Republicano Democrático do Bonfim (1916) e Creche, Cantina e Balneário da Fábrica Manuel Pinto de Azevedo (1918)

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

Este projecto encontra-se enquadrado nos planos municipais e especiais de ordenamento do território:

- Segundo o Plano Director Municipal insere-se numa zona mista;
- Segundo a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal insere-se na Zona da ACRRU (Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística e Arquitectónica);
- Insere-se na Área de Interesse Urbanístico e Arquitectónico, como Imóvel de Interesse Patrimonial;
- Encontra-se na ZIP (Zona de Intervenção Prioritária);
- Inclui-se na Área de Frente Urbana Contínua Consolidada.



Figura 28 – Vermelhos e Amarelos, Alçado Nascente.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

O edifício será constituído por um T4, dois T3, um T1 e dois espaços comerciais, todos com entrada pela Rua António Carneiro. Esta divisão vai de encontro ao alçado e vãos existentes. Dos dois espaços comerciais, aquele que possui maior área terá todas as infra-estruturas necessárias para a instalação de comercio a retalho ou estabelecimento de bebidas.

A única entrada é pela Rua António Carneiro, possui uma área de implantação de 609,0 m² aproximadamente, tem quatro frentes e é constituído por cave, rés-do-chão, um piso e cobertura

A fachada orientada a norte ira possuir as entradas das habitações que funcionarão como independentes, distribuindo-se por quatro pisos, cave, rés-do-chão e primeiro andar, com aproveitamento das águas furtadas. A cave será para estacionamento, sendo que cada habitação terá dois lugares de estacionamento e um espaço de arrumos, com acesso individual através de uma escada interior. A entrada será pelo nº 379.

Existirá uma coluna com as instalações sanitárias e lavandaria que proporciona o acesso vertical, sendo que no rés-do-chão existirá uma instalação sanitária de apoio, sala de estar, lavandaria e cozinha, no primeiro andar serão os quartos e uma suite.



Figura 29 – Projecto de Reabilitação. Corte Longitudinal pelo Edifício de 1916

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

O sistema construtivo será mantido por paredes de alvenaria (granito), no que se refere às lajes de piso, uma parte é em betão (de 1918) e outra com estrutura horizontal de vigamento de madeira, uma vez que se encontram em mau estado de conservação serão substituídas, projectando uma outra estrutura em betão com pilares e vigas. Relativamente às paredes interiores serão em pladur, pintadas nos quartos e salas e revestidas a material lavável nas zonas de água. As caixilharias interiores irão ser em

madeira envernizada ou pintada. Quanto às paredes exteriores serão mantidos e recuperados os elementos decorativos e pintadas, as caixilharias terão um desenho semelhante ao original de batente.



Figura 30 – Substituição de Elementos Danificados na Estrutura de Madeira (1918) e Construção da Estrutura Metálica do Telhado (1916)

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura

O projecto terá uma área de construção aproximada de 1841.80 m², sendo que o imóvel terá 609.0 m² de implantação. A cércea será de 10.50 m, aproximadamente. Terá três pisos acima da cota de soleira e um abaixo da mesma.



Figura 31 – Reposição de Telha Marselha (1918) e Estrutura Metálica do Telhado, antes de Receber o Isolamento (1916)

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

A cobertura é constituída por madeira mas com elementos recentes, denotando-se que já fora alterada. Assim, será substituída por uma estrutura mista de madeira e ferro (Figura 30) e dotada de isolamento acústico e térmico. Assim, o edifício terá uma cobertura com estrutura em madeira na parte de 1918 com a reposição da telha Marselha existente, e estrutura metálica na parte de 1916.



Figura 32 – Finalização das Estruturas antes dos Acabamentos Finais

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

Com vista ao aproveitamento do vão do telhado é proposto no projecto de reabilitação, uma nova reinterpretação da trapeira, que através das suas características permitem o conforto, iluminação e ventilação desse espaço. A cobertura dispõe assim, de quatro trapeiras. O edifício apresentava uma trapeira, na parte de 1916 (Figura 28). São ainda desenhadas duas clarabóias para iluminação das escadas de acesso aos pisos Figura 33.

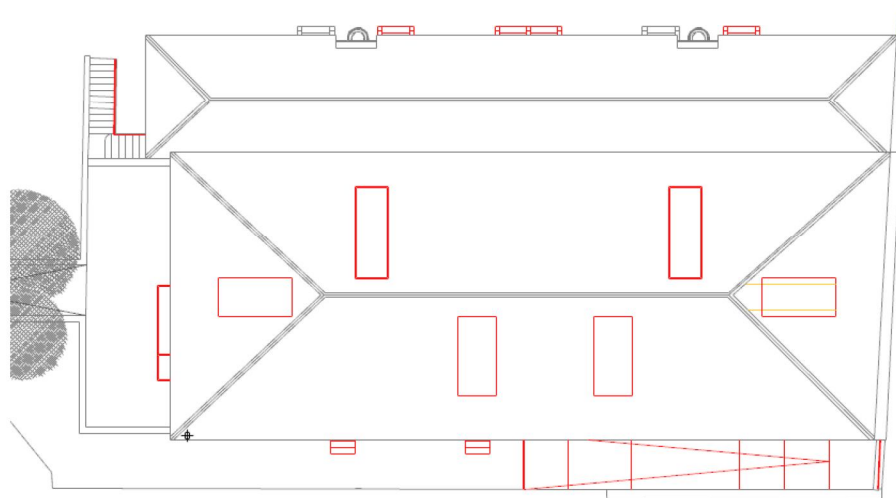


Figura 33 – Vermelhos e Amarelos, Planta de Cobertura do Projecto de Reabilitação.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.



Figura 34 A e 34 B – Armação Metálica Exterior da Trapeira e Vista Interior já com Isolamento.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

A armação da trapeira é soldada no vigamento da estrutura do telhado (Figura 34 A), fazendo descarga do seu peso nos pilares metálicos que por sua vez descarregam na estrutura do edifício (Figura 34 B). Depois de concluída a armação e guarnecida com o isolamento, a trapeira recebe o revestimento em zinco.



Figura 35 – Pormenores de Ligação da Armação da Trapeira com a Estrutura do Telhado.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

Na figura seguinte, são apresentados dois alçados que receberam as trapeiras, tal como que o alçado poente (figura 37), no qual a trapeira original com estrutura em madeira foi substituída pela armação metálica.



Figura 36 – Projecto de Reabilitação, Alçado Poente e Alçado Sul.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.



Figura 37 – Vista das Trapeiras, Alçado Sul e Alçado Poente.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

Deste modo, o projecto adequa-se às necessidades do existente, mantendo os valores culturais e patrimoniais do edifício e permitindo a sua reabilitação de forma a encontrar-se actualizado às necessidades dos dias de hoje.

7.2 Projecto de Reabilitação, Edifício dos Lóios

O edifício situa-se no Largo dos Lóios, na freguesia da Vitória, no Porto. Tendo como uso comércio no Rés-do-Chão e habitação nos pisos seguintes. Como é característico da cidade, o edifício sofreu alterações no interior e nas caixilharias. Desenvolve duas frentes, apenas com acesso pelo Largo do Lóios (Figura 40), com área de implantação de cerca de 88m².



Figura 38 – Localização do Edifício, Largo do Lóios

Fonte: Bing Maps

O projecto define-se em conformidade com o enquadramento nos planos municipais e especiais de ordenamento do território:

- Insere-se numa zona mista, cuja localização se encontra em Área Classificada como Património Mundial, de acordo com o Plano Director Municipal;
- Segundo a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal do Porto, o edifício insere-se numa Zona Especial de Protecção (ZEP/ZAP) e Área de Interesse Urbanístico e Arquitectónico;
- Encontra-se na Zona de Intervenção Prioritária (ZIP), é considerada Área Histórica e Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística.

A intervenção da reabilitação propõe a manutenção das funções originais do edifício, sendo comércio e habitação multifamiliar. O prédio possui apenas uma frente de rua, pela qual será, como originalmente (Figura 39), o acesso ao comércio e habitação por portas independentes. A outra frente do edificado, um pátio, que irá permitir a ventilação e iluminação natural ao comércio e habitações. Ainda no Rés-do-Chão, o projecto de reabilitação prevê a manutenção da escada existente como acesso vertical aos andares superiores (Figura 40) No piso um e dois são propostos dois apartamentos de tipologia T0 com cerca de 60m² de área bruta, justificando-se pela caracterização actual do mercado imobiliário.



Figura 39 – Fachada do existente.

Fonte: Google StreetView.

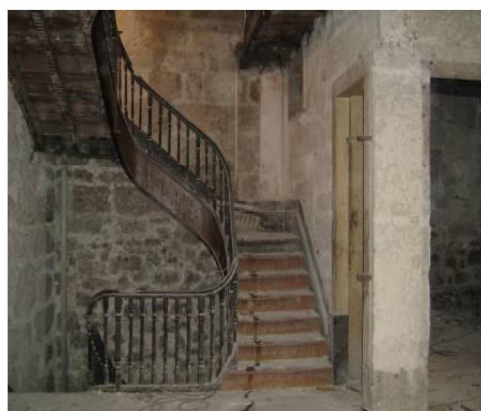


Figura 40 – Recuperação do Pátio e Escada Principal a Manter.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

No terceiro piso e águas furtadas, no projecto de reabilitação, consta um apartamento T1+1 Duplex, com cerca 111m² de área bruta. É composto por cozinha, sala e instalação sanitária, no aproveitamento do vão do telhado, um quarto, instalação sanitária e escritório.

Como acima referido, a escada principal será mantida bem como o corrimão original. Serão utilizados todos os elementos que sejam possíveis recuperar, no caso de não ser possível a sua recuperação irá proceder-se à substituição por peças idênticas.

O projecto prevê ainda uma reinterpretação da clarabóia tradicional (Figura 41), com a função de iluminar a caixa de escadas e promover o conforto no acesso às habitações. Sendo a clarabóia um elemento característico da arquitectura tradicional na cidade do Porto.



Figura 41 – Vermelhos e Amarelos, Alçados da Frente de Rua e Traseiras.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

Em relação aos aspectos construtivos, as paredes exteriores serão mantidas (Figura 43), sendo compostas por alvenaria de pedra (em granito) com características autoportante.

As lajes dos pisos são em vigamento de madeira (Figura 42). Na memória descritiva do projecto de reabilitação, constam dúvidas da possibilidade da sua manutenção, tendo em conta o estado de conservação em que se encontra a madeira. Assim, irão ser feitos estudos da sua integridade, revelando se será suficiente o seu reforço ou a sua inutilidade. Caso não seja possível a sua reutilização, será adoptada uma estrutura em ferro, na substituição do vigamento em madeira.

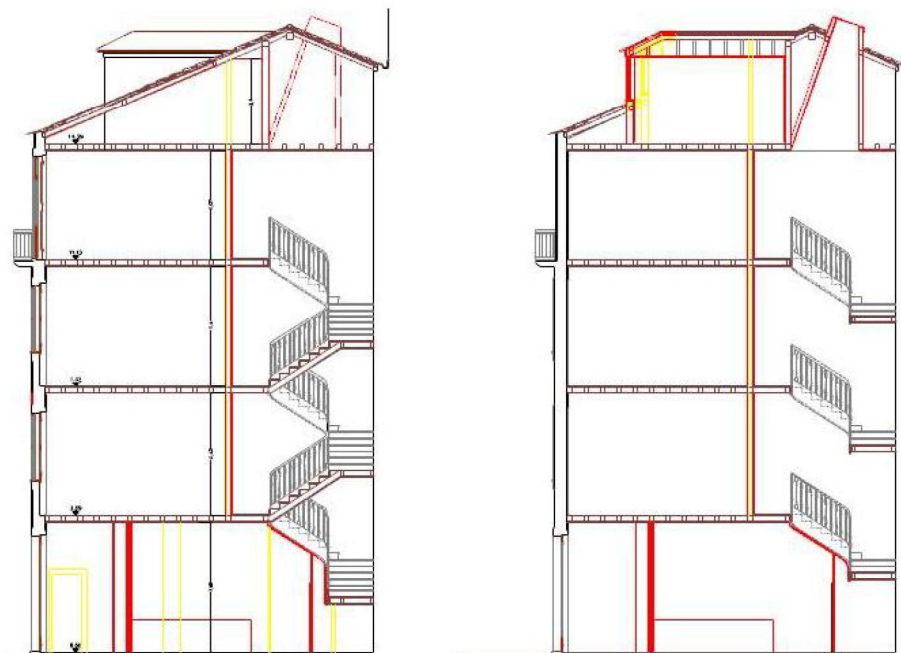


Figura 42 – Vermelhos e Amarelos, Cortes pelo Interior e Exterior da Trapeira.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura



Figura 43 – Projecto de Reabilitação, Frente de Rua e Traseiras.

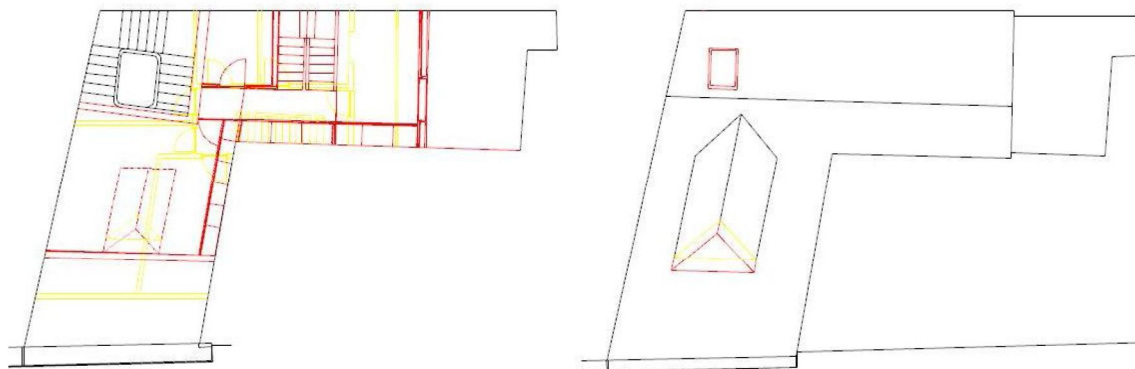
Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

As paredes interiores são em gesso cartonado revestido. As caixilharias interiores são em madeira pintada, as exteriores em guilhotina, também em madeira pintada a cor cinza com portadas pelo interior, em madeira. As paredes exteriores serão pintadas à cor bordeau (Figura 43). A armação da cobertura é executada em madeira Casquinha, em opção à estrutura original que se encontrava em mau estado de conservação (Figura 44).



Figura 44 – Trabalhos de Construção da Estrutura do Telhado em Madeira.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.



45 – Vermelhos e Amarelos. Piso Recuado e Cobertura, respectivamente.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura

Podemos observar na planta de vermelhos a amarelos, (Figura 45) a disposição dos espaços em relação ao existente. Para iluminação da escada central, tal com foi dito acima, é proposto uma clarabóia, representada na planta de cobertura.

A localização da trapeira avança em relação à original, permitindo assim, maior aproveitamento do vão da trapeira (Figura 46 e 47). Abertura do vão, na estrutura do telhado, é apoiada no vigeamento da água, no qual a armação da trapeira assenta (Figura 47).

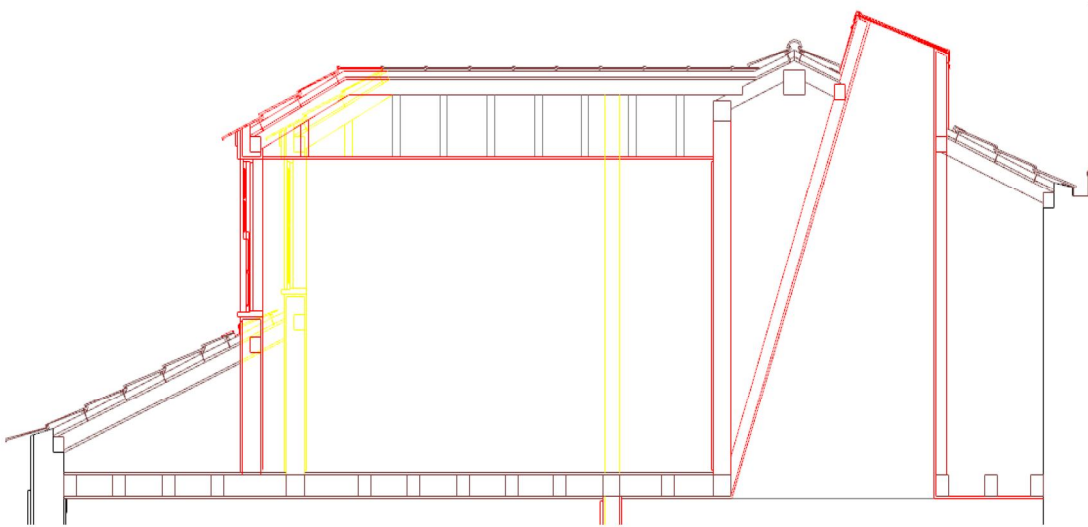


Figura 46 – Corte Vermelhos e Amarelos pela Trapeira.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.



Figura 47 – Execução da estrutura da Trapeira.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.



Figura 48A e 48B – Pormenores da Armação da Trapeira.

Fonte: autor.

Na armação da trapeira, é utilizada uma asna estrutural, (Figura 48A) permitindo descarregar o seu peso através da asna e da cumeeira. Deste modo é classificada com três águas. Na figura 48B, mostra o pormenor de ligação da estrutura do telhado, com o encontro da perna com a madre formando a armação da trapeira e sendo um dos pontos resistentes da mesma. Depois da estrutura concluída o emadeiramento que ira receber o revestimento interior, o mesmo acontecendo pelo exterior (Figuras 49 e 50).

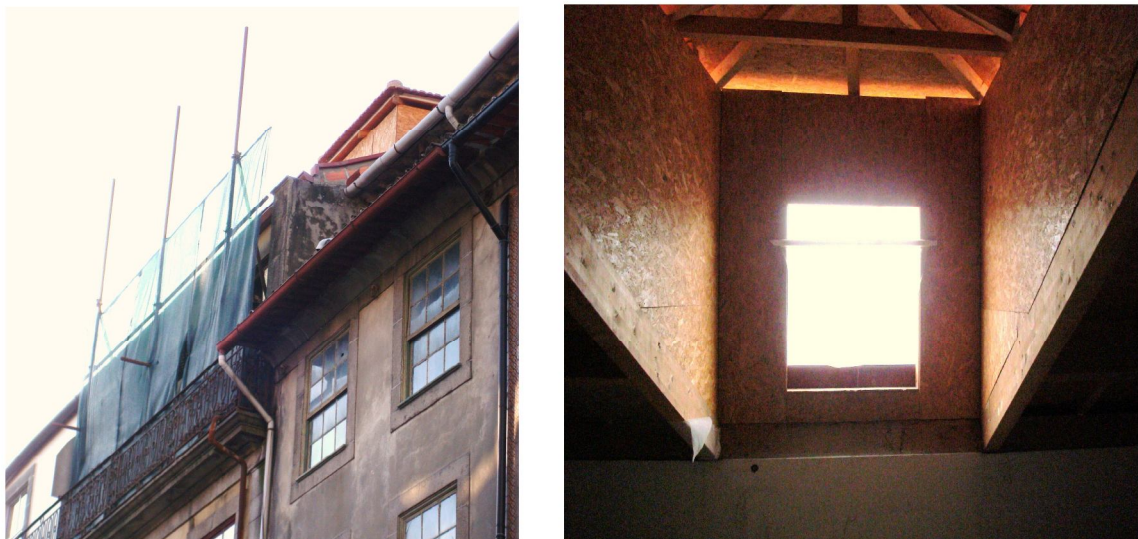


Figura 49 – Aspecto Exterior e Interior da Trapeira antes de Receber os Revestimentos e Acabamentos Finais.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

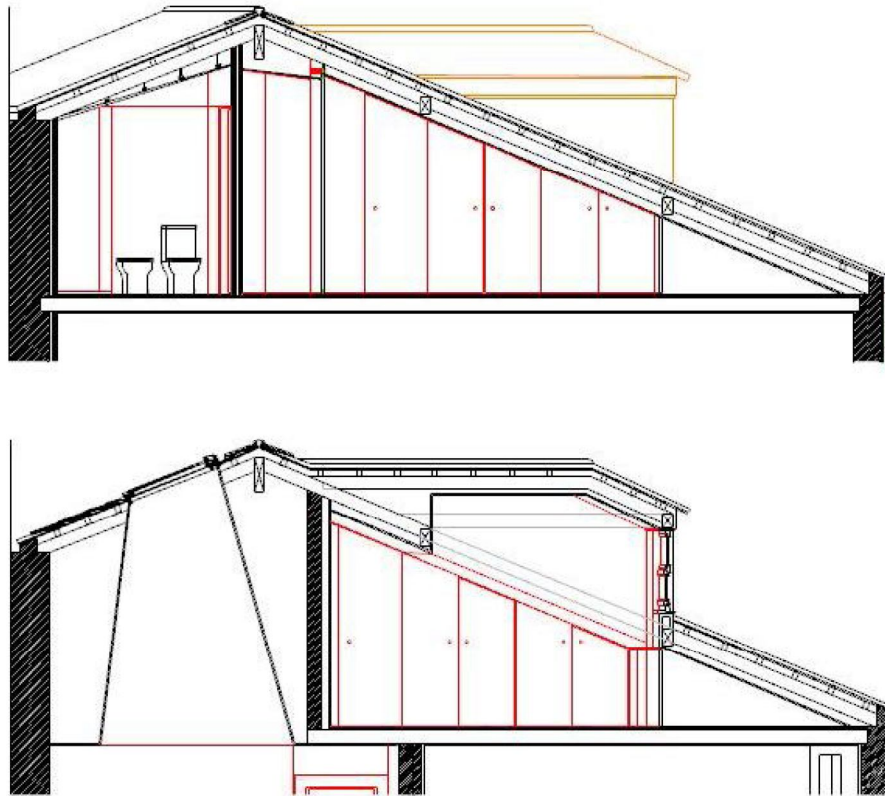


Figura 50 – Cortes Construtivos da Trapeira.

Fonte: Adriana Floret, Arquitectura.

O projecto de reabilitação tem como finalidade adaptar o pretendido pelo requerente com o existente, adequando a construção aos requisitos actuais dos regulamentos térmico, acústico e conforto que não eram exigidos ao existente. Este projecto mantém o uso do edifício e na fachada procura dar continuidade máxima do existente. Desta forma, a reabilitação restabelece as relações com o envolvente e com o espaço urbano de que faz parte, integrado no Centro Histórico do Porto, Património Mundial.

7.3 Considerações Finais Relativas aos Estudos de Caso

Embora situados em pontos distintos da cidade, um localizado no centro histórico (Edifício dos Lóios) e o outro na zona oriental (Casas António Carneiro), ambos os edifícios são históricos e permitem observar a componente social e cultural do século da sua construção.

O processo de reabilitação era realmente necessário em ambos os casos possibilitando o retorno de edifícios antigos à habitabilidade, na tentativa de devolver vida a zonas da cidade que há muito se tornaram obsoletas e abandonadas. É, deste modo, claro o interesse neste processo de revitalização e reutilização de edifícios devolutos para que estas zonas menos apelativas do ponto de vista habitacional possam representar um ponto de concorrência às áreas densamente habitadas.

Tanto o Edifício dos Lóios como as Casas António Carneiro se encontram em zona de intervenção prioritária e em área de interesse urbanístico e arquitectónico, sendo que o primeiro se insere em área classificada como património mundial. Estes factos justificam a escolha dos edifícios com relevância no edificado geral da cidade e como exemplo de tudo o que a reabilitação de edifícios pode devolver à história e memórias de toda uma sociedade.

Mantendo a essência original dos edifícios, o processo de reabilitação possibilita um adequar do antigo aos tempos de hoje. Ou seja, as propostas de reabilitação visam essencialmente restituir aos edifícios as características de habitabilidade, procurando ir mais longe conferindo-lhes qualidades posteriores à sua génese, mas pertinentes para a sua utilização com os níveis de exigência contemporâneos aumentando os níveis de segurança, conforto e economia do edifício.

A manutenção das fachadas e dos elementos característicos permitem que as pessoas que sempre conheceram estes edifícios os revejam após a intervenção. No final é exactamente este o propósito maior dos processos de reabilitação. Mantendo a essência da construção histórica num processo de evolução e adequação aos nossos dias.

VIII Conclusão

A realização desta tese possibilitou um maior conhecimento relativamente aos acontecimentos importantes, de ordem social, cultural e patrimonial, que sucederam na cidade do Porto no século XIX e início do século XX, e que levaram à organização observada no centro histórico.

A regra urbana que se aplica na cidade consiste na confinação da rua ao tipo de edificado e à sua capacidade de compor directamente as ruas. Assim, a arquitectura e o urbanismo assentam nos desígnios da topografia. “Os nossos antepassados só construíram as suas cabanas depois de terem concebido a sua imagem”. (Daniele Vitale, cit in Francisco Barata Fernandes, 1999)

A arte de construir é entendida como a parte científica da arquitectura, enquanto esta resulta do produto da concepção da imagem, aliada à essência da cultura e tradição das civilizações, sempre acompanhando o caminho do seu progresso. Com o movimento moderno caiu a ilusão de fazer arquitectura segundo directrizes alheias ao *genius locis*.

Entendemos a cidade como um organismo vivo, que se reproduz e regenera de acordo com as suas características próprias, onde os processos de transformação e formação resultam de consequências profundas que determinam os edifícios e circuitos como parte de um todo heterogéneo.

Em resposta às necessidades de fins utilitários, os edifícios foram criados ou adaptados para prestarem soluções. Ao mesmo tempo que se recria imagens e ideias de realidades diferentes, no tempo ou no espaço. Sendo Portugal um país de migrações carregando consigo uma infinidade de referências, memórias e modelos. Quando um trabalho artesanal possui uma particular atitude expressiva, esta foi lhe conferida de um modo completamente inocente. (Francisco Barata Fernandes, 1999)

Na reabilitação dos edifícios da cidade do Porto é passível de atribuir aos mesmos quase todas as alterações e transformações, tal como é característico do edificado da cidade sofrer as mesmas entre a sua construção e o seu legado até aos dias de hoje. Assim podemos afirmar que o edificado mantém-se em constante construção na perspectiva de alteração e transformação de novos espaços, novos usos no seu aproveitamento e adequação aos dias de hoje.

Se o entendermos como um organismo vivo, facilmente se faz a analogia com a teoria de Darwin sobre a evolução das espécies. As “mutações” de adaptação fazem parte do ciclo evolutivo do edificado que se mantém desde a sua génese até aos nossos dias. Sendo a reabilitação como agente e factor do seu ciclo evolutivo.

A Reabilitação nem sempre apresenta resultados práticos, como explica Fernanda Quinta (2005), “consequência sobretudo das exigências técnicas, políticas e económicas envolvidas na intervenção nestas unidades mais históricas”. É realmente necessário reabilitar o património arquitectónico que tem sido esquecido ao longo dos anos e que caracteriza a cidade, sendo o melhor espelho da cultura de toda uma sociedade, permitindo manter vivos os antepassados.

A lei 13/85 relativa ao património cultural português destaca a necessidade do recurso a métodos de protecção e conservação dos bens, “pelo seu reconhecido valor próprio, arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico, devem ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (artigo I da lei 13/85).

Para que as medidas de protecção e conservação possam ser eficazes é necessário que os bens móveis e imóveis estejam legalmente enquadrados e classificados. Segundo os critérios de classificação de bens imóveis, o património varia consoante a natureza e tipologia do edificado em monumento ou imóvel, em conjunto e em sítio.

Contudo, esta tarefa não pode depender somente dos poderes centrais e locais. No caso do Porto, as intervenções estão sujeitas a controlo através do Plano Director Municipal (PDM), Comissão Municipal da Defesa do Património (CMDP) e, por fim, IGESPAR.

A intervenção em qualquer edifício isolado ou conjunto de edifícios deve seguir linhas orientadoras, possibilitando integrar todos os elementos característicos, de forma a obter uma reabilitação harmoniosa. O primeiro passo nestas intervenções é o “reconhecimento”, permitindo estudar os materiais, sistemas construtivos e componentes.

Nesta dissertação foram estudadas as trapeiras dos edifícios do centro históricos do Porto como subsistema específico. Estes elementos foram escolhidos, uma vez que se encontram em abundância e permitem caracterizar o período sobre o qual a tese incide (século XIX e início do século XX). O tema revelou-se bastante interessante, em especial na medida em que se tornou um desafio, uma vez que o material bibliográfico teórico é escasso.

A relação entre as sociedades do presente e o passado confina na rápida evolução que decorre nos nossos tempos. Mas este crescimento e evolução científica, cultural e tecnológica levam a um quadro de ruptura onde vigora a ausência de valores. Assim, e devido a uma necessidade profunda de recuperar o passado e estreitar laços à muito perdidos, a reabilitação tornou-se o marco decisivo para a recuperação da identidade e dos valores históricos, pelos quais a cultura portuense foi talhada.

Quando se olha um edifício é necessário encontrar nele algo mais que uma função e, isto, sim, é arquitectura. É uma manifestação onde se encontram diferentes épocas e características, sendo um valor patrimonial que as define, projectando a sua monumentalidade e exposição.

Os estudos de caso revelam-se um exemplo na continuidade deste elemento característico da Cidade do Porto. È através da sua reinterpretação e adaptação, que percorremos o caminho da evolução, na harmonia dos elementos que definem e fazem parte da cultura portuense. Deste modo serão perpetuados, mantendo a sua essência com novos materiais e reinterpretações.

Podemos então concluir, tal como vimos na análise de Cartas e Convenções, na acção de reabilitação devem ser preservados os traços característicos referentes à cidade. Contemplamos ainda nas cartas que a preservação desses elementos podem ser intervencionados com novos materiais e assim prevalecerem para gerações futuras a simbologia original do edifício. Assim, é importante que cada vestígio patrimonial represente simbolicamente uma identidade, permitindo a continuidade ao longo do tempo.

A questão levantada inicial, as Trapeiras, porquê reabilitar e preservar, tem a sua resposta na totalidade do que foi estudado. Sabemos que a identidade, cultura e história de uma cidade, deve ser salvaguarda perpetuando-se para as gerações vindouras. E um desses elementos que tem sido esquecido pelo fachadismo e por outras acções de reabilitação é as trapeiras, por isso voltamos a repetir, que é relevante a sua reabilitação e preservação, bem como todos os elementos adicionais encontrados nos telhados da Cidade do Porto, Património Mundial.

IX Bibliografia

Aguiar, J. (2005). *Cor e Cidade Histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. Porto, FAUP publicações. ISBN.972-9483-47-7.

Appleton, J. (2003). *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e Tecnologias de Intervenção*. Amadora, Edições Orion. ISBN.972-8620-03-9.

Appleton, J., Aguiar, J. e Cabrita, R.(1994). *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*. Lisboa, LNEC, 2º Volume.

Appleton, J., Aguiar, J. e Cabrita, R.(1992). *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, LNEC.

Bandeirinha, J. A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Benace, Luís (1993). *Evolução do Desenho das Fachadas das Habitações Correntes Almadinas 1774-1844*. Porto, Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico.

Cabrita, A. M. R. (1994). *Apoio do LNEC ao Desenvolvimento de Técnicas e Estratégias para a Reabilitação do Património Arquitectónico Corrente*. In Segundo ENCORE, Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios. LNEC – FUNDCIC. Volume I.

Cartas e Convenções Internacionais: Património Arquitectónico e Arqueológico. Ministério da Cultura, IPPAR, Lisboa.

Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Edições 70, Lisboa.

Choay, F. (2003). *O Urbanismo, Utopias e Realidades – Uma Antologia*. Perspectiva Editora, São Paulo.

Choay, F. (2005). *Património e Mundialização*. Casa do Sul Edições, Évora.

Cóias, V.(2004). *Guia Prático para a Conservação de Imóveis*. Lisboa, Dom Quixote.

Cóias, V. (2007). *Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos*. Lisboa, 2ª Edição. Argumentum, GECORPA. ISBN.978-972-8479-40-9.

Comissão de Coordenação da Região Norte (1987). *Programa de Reabilitação Urbano: Análise da Situação na Região Norte e Propostas de Actuação*. Porto, In *Jornal Arquitectos*.

Costa, A. R. (1945). *Descrição Topográfica e Histórica do Porto*. Porto, Segunda Edição, Capítulo II.

Costa, J. A e Melo, A. S. (s.d.). *Dicionário de Português*. Porto, Porto Editora Lda., 4ª Edição.

CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo) (2000). *Porto Património Mundial III: CRUARB 25 Anos de Reabilitação Urbana. As Intervenções de 1974 a 2000*. Porto, Câmara Municipal do Porto. ISBN.972-9147-30-2.
Dar Futuro ao Passado (1994). Lisboa, IPPAR.

Despacho Conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e Ambiente. *Diário da República, Série II, nº 233, 28 de Setembro de 1974*. In José António Bandeirinha – *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*.

Feilden, B. M. (2003). *Conservation of Historic Buildings*. ELSEVIER Science & Technology, 3ª Edição. ISBN.9780750658638.

Fernandes, F. B. (1999). *Transformação e Permanência na Habitação Portuense – As Formas da Casa na Forma da Cidade*. Porto, FAUP Publicações, 2ª Edição. ISBN.972-9483-37X.

Gesta, A. (1994). *A Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães*. In *Jornal Arquitectos*. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses. Nº 136/137.

Gesta, A. (1986). *Um Ano de Trabalho(s)*. In *Encontro Nacional de Gabinetes Técnicos Locais, 1º - Actas*. Aveiro [s.e.]

Nova Enciclopédia Larousse (1997). Círculo de Leitores, Lda. e Larousse, Edição nº 3886, Volume 22. ISBN. 972-42-1476-1.

Mascarenhas, J. (2004). *Sistemas de Construção V: O Edifício de Rendimento da baixa Pombalina de Lisboa*. Livros Horizonte.

Oliveira, E. e Galhano, F. (2000). *Portugal de Perto – Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 4ª Edição.

Oliveira, E.V. e Galhano, F. (1959). *Telhados do Porto*. In *Boletim da Comissão de Etnografia e História*. Porto, nona série, volume II.

Plano Director Municipal (2005), Câmara Municipal do Porto.

Portas, N. (1987). *Conceitos de Desenvolvimento Urbano*. In *Jornal Arquitectos*. Lisboa, Associação dos Arquitectos. Nº 56/57.

Portas, N. (1986). *Um Ano de Trabalho (s)*. In *Encontro Nacional de Gabinetes Técnicos Locais, 1º - Actas*. Aveiro [s.e.]

Prats, L. (1997). *Antropologia e Património*. Editora Ariel, Barcelona.

Quinta, F. (2005). *Sebenta SRU (Sociedades de Reabilitação Urbana)*. Aveiro, APPLA.

Távora, F. (1969). *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*. Porto, Câmara Municipal do Porto. (policopiado)

Teixeira, G. B. e Belém, M. C.(1998). *Diálogos de Edificação: Técnicas Tradicionais de Construção*. Porto, CRAT, 3.^a Edição. ISBN.972-9419-38-8.

Teixeira, J. (2004). *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto Entre o Século XVII e XIX – Provas de Aptidão Pedagógica e Científica*. Porto, FAUP:

Teixeira, J. (2006). *Manual de Apoio ao Projecto de Recuperação de Edifícios Antigos – Caracterização da Construção Tradicional em Portugal, O Exemplo da Casa Burguesa do Porto*. Porto, FAUP.

UNESCO (1996). *Conservation du Patrimoine Mondial – Evaluation des Biens Culturels*. UNESCO, nº 755.

Vázquez, I. B. (1992). *Crescimento Urbano e Suburbanização no Grande Porto: Uma Perspectiva Relacional*. In *Análise Social*, Volume XXVII.

Pesquisa na Internet:

Aguiar, J. A Experiência de Reabilitação Urbana do GTL de Guimarães: Estratégia, Método e Algumas Questões Disciplinares. [Em linha]. Disponível em: <http://home.fa.utl.pt/~al004899/RU-GTLGuimaraes.pdf> [Consultado em: 03/07/09].

Câmara Municipal de Guimarães. [Em linha]. Disponível em: <http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx> [Consultado em: 16/19/09].

Câmara Municipal do Porto. [Em linha]. Disponível em: <http://www.cm-porto.pt/> [Consultado em: 15/10/09].

Carta de Atenas (1933) – Assembleia do CIAM. [Em linha]. Disponível em: www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/CartadeAtenas1933.pdf [Consultado em 20/07/09].

Cóias, V. Reabilitação do Edificado e Conservação do Património Arquitectónico: Exigências de Qualificação e Certificação dos Profissionais e das Empresas. GeoCorpa. [Em linha]. Disponível em: http://www.gecorpa.pt/apresenta/qualif_empresas_profiss.pdf [Consultado em 28/06/09].

Dicionário Aurélio [Em linha]. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/> [Consultado em 28/11/09].

Dicionário da Construção Civil. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ecivilnet.com/dicionario/> [Consultado em 23/11/09].

Falcão, Mário. O Porto, os Planos Municipais e o Turismo. [Em linha]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1619.pdf> [Consultado em 18/08/09].

Flores, J. A. M. Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal. [Em linha]. Disponível em: <http://dited.bn.pt/30412/1401/1824.pdf> [Consultado em 03/07/09].

Floret, A. Casas António Carneiro. [Em linha]. Disponível em: <http://afloret.wordpress.com/> [Consultado em: desde 06/09].

Floret, A. Edifício dos Lóios. [Em linha]. Disponível em: <http://afloret2.wordpress.com/> [Consultado em: desde 06/09].

Lopes, M. A. C. (2007). Tipificação de Soluções de Reabilitação de Estruturas de madeira em Coberturas de Edifícios Antigos. [Em linha]. Disponível em: <http://repositorio.up.pt/inicio/repos.html> [Consultado em: 26/09/09].

Lopes, N. V. R. (2006). Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX – do Restauro à Selecção Exigencial de uma Nova Caixilharia: o Estudo de Caso da Habitação Corrente Portuense. [Em linha]. Disponível em: <http://repositorio.up.pt/inicio/repos.html> [Consultado em 26/09/09].

Luso, E. et alli. Breve História da Conservação e do Restauro. [Em linha]. Disponível em: <http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num20/Pag%2031-44.pdf> [Consultado em 28/06/09].

Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana. [Em linha]. Disponível em: <http://www.portovivosru.pt/> [Consultado em 15/10/09].

Prorestauro – Portal de Conservação e Restauro. [Em linha]. Disponível em: <http://www.prorestauro.com/index.php?option=content&task=view&id=30&Itemid=54> [Consultado em: 21/08/09].

Queirós, J. Estratégias e Discursos Políticos em Torno da Reabilitação de Centros Urbanos. [Em linha]. Disponível em: <http://loki.iscte.pt:8080/dspace/bitstream/10071/1115/1/5.pdf> [Consultado em 10/07/09].

Wikipédia. Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo. [Em linha]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Comissariado_para_a_Renova%C3%A7%C3%A3o_Urbana_da_%C3%81rea_de_Ribeira/Barredo [Consultado em 05/09/09].

Wikipédia. Centro Histórico do Porto. [Em linha]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Hist%C3%B3rico_do_Porto [Consultado em 13/09/09].

Wikipédia. Reabilitação. [Em linha]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Reabilita%C3%A7%C3%A3o> [Consultado em: 07/06/09].